



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**KELLY LÍDIA NASCIMENTO RAMOS**

**O PROJETO DOS COLÉGIOS-MODELO NO PROGRAMA DE  
EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO MÉDIO NA BAHIA:  
NUANCES DA TRAJETÓRIA DO COLÉGIO ESTADUAL  
ODORICO TAVARES (1994-2019)**

Salvador

2023

**KELLY LÍDIA NASCIMENTO RAMOS**

**O PROJETO DOS COLÉGIOS-MODELO NO PROGRAMA DE  
EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO MÉDIO NA BAHIA: NUANCES  
DA TRAJETÓRIA DO COLÉGIO ESTADUAL ODORICO TAVARES  
(1994-2019)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Marta Lícia Teles Brito de Jesus.

Salvador

2023

**KELLY LÍDIA NASCIMENTO RAMOS**

**O PROJETO DOS COLÉGIOS-MODELO NO PROGRAMA DE EXPANSÃO E  
MELHORIA DO ENSINO MÉDIO NA BAHIA: NUANCES DA TRAJETÓRIA DO  
COLÉGIO ESTADUAL ODORICO TAVARES (1994-2019)**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 24 de agosto de 2023

BANCA EXAMINADORA:



---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Marta Lícia Teles Brito de Jesus  
Universidade Federal da Bahia



---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Márcia de Freitas Cordeiro  
Universidade Federal da Bahia



Documento assinado digitalmente

PAULO CESAR OLIVEIRA DE JESUS

Data: 23/08/2023 00:22:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Paulo Cesar Oliveira de Jesus  
Universidade do Recôncavo da Bahia

Quero dedicar este trabalho a todas as professoras que já tive a honra de ter em minha vida. Especialmente às professoras de História do meu Ensino Médio: Elisabeth Silva e Luciana Senna, e ao professor Jorge Nunes, de Física, em que tive a oportunidade de ser aluna quando estudei no Colégio Odorico Tavares - de 2015 a 2017. Dedico, também, às professoras da graduação: Marta Lícia Teles Brito de Jesus e Sara Dick, pela contribuição inenarrável em minha formação, alimentando a cada semestre, cada vez mais, o meu desejo em ser professora. Eu sou porque nós somos!

## **AGRADECIMENTOS**

Ubuntu é uma palavra pertencente às línguas Bantu e uma filosofia de vida africana que significa generosidade, solidariedade e o desejo genuíno de felicidade e harmonia entre as pessoas, afinal: “eu sou porque nós somos”. Por isso, inicio agradecendo a todas as pessoas que já cruzaram os caminhos em que eu percorri até hoje, podendo levar algo de mim e deixando algo comigo.

Agradeço a minha mãe, Kátia Lilian, cujo nome está gravado em minha carne e em todos os órgãos do meu corpo, sobretudo na pele e no coração. Sem você, eu não teria a oportunidade de descobrir quem eu quero ser a cada ciclo, muito obrigada por tudo. Eu te amo!

Ao meu companheiro Caio Fadul, sempre presente e sempre me apoiando em tudo que se possa imaginar. Uma das pessoas mais incríveis que já conheci e que tenho imensa felicidade em conviver. Caio, você é genuinamente lindo, obrigada por todo o afeto, olhar sensível e pela construção diária de uma vida juntos.

Às amigas que fiz em todos os lugares em que um dia já passei, nomes que não posso me arriscar a citar para não esquecer de ninguém. Apenas um imenso obrigada por todas as trocas, pois cada um de vocês contribuiu para que a cada dia mais eu possa ser quem desejo ser. Um obrigada especial a minha prima Suelen Cristina. Suelen é um suporte essencial em meio aos desafios da vida.

Também sou grata às companhias diárias que tive no meu ensino médio, especialmente à Bianca Viana, Ester Silva e Tâmara Cruz. Ao meu grande amigo e companheiro gremista Antonio Gentil um imenso obrigada pela presença carinhosa e amiga em todos os trabalhos que desenvolvemos no Grêmio Estudantil Ubuntu do colégio Odorico Tavares.

Um obrigada seguido de um abraço bem quente para as professoras da minha vida na educação básica, a quem eu dedico esse trabalho. Especialmente: à professora Anivalda da alfabetização; à professora Elieuda, de português do ensino fundamental; às professoras Elisabeth Silva e Luciana Senna de história; e ao professor Jorge Nunes de física, do Ensino Médio.

Meu agradecimento e admiração à professora Marta Lícia Teles de Brito de Jesus, alguém que está presente na minha graduação desde o primeiro semestre, seguido das atividades no programa de iniciação científica PET - Programa Educação Tutorial, em que fui bolsista por quase 3 anos - e Marta tutora -, onde eu pude me compreender enquanto pesquisadora, entender o peso da Universidade Pública e seu papel na sociedade. Marta, não sou tão aficionada em pronomes possessivos, mas fico muito feliz que você tenha sido a minha orientadora nesta jornada enquanto pesquisadora, que se inicia na graduação e jamais poderia terminar nela. Gratidão pela parceria e pela confiança.

Agradeço à professora Márcia Cordeiro pelo incentivo para que eu ocupasse os lugares que eu desejasse e confiança de que eu teria sucesso em qualquer lugar.

À professora Sara Dick, pela maneira inspiradora em que fala sobre História da Educação. Sara, minha primeira aula na UFBA foi com você, no componente de História da Educação Brasileira, e esse é um dos componentes da graduação em que eu guardo as melhores memórias. Muito obrigada por isso.

Ubuntu!

*“Enquanto a terra não for livre, eu também não sou*

*[...]*

*Tudo, tudo, tudo que nós tem é nós*

*Tudo, tudo, absolutamente tudo*

*Tudo que nós tem é isso, uns aos outros*

*Tudo que nós tem é uns aos outros, tudo.”*

Principia - Emicida



## RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade conhecer a trajetória do Colégio Estadual Odorico Tavares no contexto da política de ensino médio da Bahia, tendo como o período analisado os anos em que a instituição esteve em funcionamento: 1994-2019. A unidade funcionou por 24 anos e teve suas atividades encerradas pela Secretaria de Educação no final do ano de 2019. A investigação busca também compreender a política dos colégios-modelo no Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio, a qual atravessa o Colégio investigado. Localizado na região central de Salvador, o Colégio Estadual Odorico Tavares compunha um grupo de escolas soteropolitanas que serviram de incentivo a construção de instituições-modelo para a educação da Bahia e do Brasil na década de 1990, a fim de ampliar a oferta de ensino médio, elevar os níveis de qualidade da educação pública no estado e propiciar a valorização do servidor público. Do ponto de vista metodológico, este trabalho é de natureza qualitativa, com intenção exploratória, e pretende contribuir no campo social e educacional a partir da utilização rigorosa dos procedimentos metodológicos que envolvem a pesquisa bibliográfica e documental. A busca de informações relevantes se deu por meio da consulta a um rico acervo de fontes: publicações no Diário Oficial do Estado da Bahia, acessados presencialmente na Empresa Gráfica da Bahia (EGBA) e virtualmente no site do Diário Oficial On-line (DOOL) a partir do ano de 2007; Relatórios de Atividades do Governo da Bahia, consultados na Biblioteca Anísio Teixeira, localizada no Instituto Anísio Teixeira, Paralela; e na Biblioteca Rômulo Almeida, localizada na Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos (SEI); Centro Administrativo da Bahia (CAB), documentos oficiais do Colégio Estadual Odorico Tavares, consultados no acervo documental localizado no site de consulta pública Sistema Escolar, disponibilizado pela Secretaria Estadual de Educação (SEC); e reportagens examinadas em jornais locais como Tribuna da Bahia, A Tarde e Correio. Com o desenvolvimento da pesquisa foi possível coletar fontes que nos ofereceu uma aproximação com aspectos relevantes quanto à história e trajetória da instituição, além de possibilitar análises e reflexões a respeito de possíveis desdobramentos que contribuíram para o encerramento das atividades do colégio-referência para a educação baiana, bem como a delimitação de estudos futuros para aprofundamento do tema investigado.

**Palavras-chave:** Odorico Tavares. Colégios-modelo. Ensino Médio. Educação Pública.

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** Obras e reformas realizadas no Colégio Odorico Tavares
- Quadro 2** Publicações acadêmicas de professoras do Colégio Odorico Tavares
- Quadro 3** Programas que existiam no interior do CEOT
- Quadro 4** Reportagens de ações pedagógicas localizadas em site do Governo Federal
- Quadro 5** Situação funcional de unidades LEM na rede estadual de ensino
- Quadro 6** Publicações encontradas na pesquisa em jornais

## LISTAS DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** Relação de matrícula CEOT (2004-2019)
- Gráfico 2** Relação de matrículas do ensino médio - Colégio Estadual Raphael Serravalle (2004-2021)
- Gráfico 3** Relação de matrículas - Colégio Luís Eduardo Magalhães (2004-2021)
- Gráfico 4** Relação de matrículas - Colégio Estadual Thales de Azevedo (2004-2021)
- Gráfico 5** Análise de matrículas dos colégios Manoel Novaes e Central em comparação ao CEOT

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL</b>	<b>15</b>
2.1	ENSINO MÉDIO: CONCEPÇÕES EM DISPUTA	15
2.2	AS REFORMAS RECENTES DO ENSINO MÉDIO NA BAHIA: AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO ENSINO MÉDIO A PARTIR DOS COLÉGIOS-MODELO	23
<b>3</b>	<b>O COLÉGIO ESTADUAL ODORICO TAVARES E OS DESAFIOS DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA DÉCADA DE NOVENTA</b>	<b>32</b>
3.1	IMPLANTAÇÃO DO COLÉGIO	32
3.2	ASPECTOS QUANTO AO ACESSO	36
3.3	PERSPECTIVAS QUANTO AO CAMPO PEDAGÓGICO	39
3.4	REALIDADE DE MATRÍCULAS	46
<b>4</b>	<b>ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO COLÉGIO ESTADUAL ODORICO TAVARES</b>	<b>54</b>
4.1	ANÁLISES A RESPEITO DO FECHAMENTO DO CEOT E SUA REPERCUSSÃO	57
4.2	DEPOIMENTOS PRESENTES NAS NOTÍCIAS E REPORTAGENS ENCONTRADAS NOS JORNAIS	61
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES</b>	<b>66</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>70</b>

## 1. Introdução

O trabalho apresentado nestas páginas consiste no resultado de uma investigação desenvolvida no âmbito da Linha de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação (PPGE), no grupo Formação dos Profissionais da Educação (PFPE), que teve como finalidade conhecer a trajetória do Colégio Estadual Odorico Tavares (CEOT) no contexto da política de ensino médio na Bahia, estabelecendo como intervalo de tempo analisado o período de funcionamento da instituição, entre 1994 e 2019.

A reflexão proposta sobre os dilemas acerca da construção da identidade do ensino médio na História da Educação (KRAWCZYK, 2009, 2011) leva em consideração os desafios a respeito da definição de políticas públicas que acompanham as demandas da universalização e democratização do acesso aos estudantes, enfrentados na etapa final da educação básica (KRAWCZYK, 2009, 2011; CARMO; CORREA, 2014). Sendo assim, conhecer o percurso do Colégio Estadual Odorico Tavares é compreender uma parcela do ensino médio no contexto baiano, através do olhar lançado para a política dos colégios-modelo, inserida no Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio.

O projeto dos Colégios-Modelo é uma ação de reforço ao Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio, financiado a partir dos recursos da privatização da Coelba e posteriormente do Banco Mundial, cujo objetivo da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC) era a ampliação da oferta de ensino médio e entrega à comunidade de novos parâmetros educacionais (BAHIA, 1998).

Por sua vez, o Colégio Estadual Odorico Tavares, instituição que ofertou apenas o Ensino Médio nos seus 24 anos de atividade, foi inaugurado em 30 de março de 1994, pertencendo à região central da cidade de Salvador, localizado no Corredor da Vitória, e compunha um grupo de escolas da capital baiana impulsionadoras da criação futura das instituições-referência. Com capacidade para atender mais de 3 mil matrículas, foi o primeiro colégio da época a oferecer curso de Processamento de Dados para o antigo 2º grau e, por esse e outros motivos, foi classificado pelo então governador, Antônio Carlos Magalhães, como “colégio modelo para o Brasil inteiro” (BAHIA, 1994).

A unidade de ensino teve suas atividades encerradas pela SEC em 2019. No ano do fechamento, o número de matrículas alcançou apenas 307 alunos, aproximadamente X por cento do previsto na sua abertura, matriculados no período matutino, como consta no site de consulta pública de escolas da SEC. A instituição que iniciou suas atividades em 1994, com capacidade para atender os três turnos - matutino, vespertino e noturno -, atualmente se encontra paralisada, com processo de extinção em andamento.

O CEOT compunha um grupo de escolas soteropolitanas que serviram como incentivo à proposição do Decreto nº7.293, de 04 de maio de 1998, onde foi instituído o projeto dos Colégios-modelo, justificado pela ampliação da oferta de Ensino Médio na Bahia. A determinação definiu a denominação de todas as unidades construídas como Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (LEM), em homenagem póstuma ao deputado federal Luís Eduardo Magalhães, falecido 2 semanas antes da promulgação do decreto. Conjuntamente, foi definida a disponibilidade de cursos de Formação Geral com módulos instrumentais de Informática Básica, Língua Estrangeira e Gestão Empreendedor, além dos municípios onde foram construídas as primeiras unidades e as características mínimas, referente à estrutura física, para o reconhecimento enquanto escola modelo (BAHIA, 1998).

Neste período, Antônia Silva (2007) destaca que o cenário político vivia a efervescência da relação público-privado entre as organizações sociais. Na Bahia, ocorria o movimento de operacionalização da concepção social-liberal apresentada por Bresser Pereira (1996), cujo objetivo era uma modernização apoiada na ideia de revisão do papel da máquina do Estado.

Os governos vigentes no estado da Bahia na década de 1990 foram o do médico e empresário Antônio Carlos Magalhães (1991-1994) e o do professor Paulo Souto (1995-1998), ambos do Partido da Frente Liberal (PFL), que organizaram suas administrações a partir das demandas que acompanhavam o cenário mencionado acima. Na gestão de Antônio Carlos Magalhães (ACM), o discurso de reconstrução do Estado era latente e as metas se organizavam em torno da "restauração da moralidade pública, do reordenamento administrativo do aparelho do Estado, da valorização do servidor público e da recuperação financeira do

Tesouro” (BAHIA, 1991). Na gestão de Paulo Souto, seu sucessor, o discurso pautava a continuidade das ações construídas por ACM.

No âmbito da educação, este período foi marcado pela concentração de projetos relacionados à expansão e recuperação da rede física de escolas, na colocação de equipamentos e na distribuição de material didático. Em vista disso, chama atenção a ausência de um diagnóstico ou investigação precisa sobre a situação educacional do estado para identificar suas demandas, sobretudo a partir da mudança na governança no início da década. Em 1995, quando ocorria a gestão de Paulo Souto, a aposta para intervenção governamental da educação foi a implantação das “escolas-referência” em resposta às demandas pela melhoria da qualidade do ensino e valorização do servidor público, associadas ao mérito individual, prometidas no governo de ACM.

Debates relacionados a um novo modelo de escola a partir de uma estrutura física robusta ainda não apresentavam um diagnóstico da realidade educacional do Estado. Entretanto, foram implementados diversos projetos pedagógicos de cunho experimental, restritos a pequenos grupos, dentre esses, “o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio que a partir de 1997, orientaria o redirecionamento do Ensino Médio para a formação básica, ao passo que extinguiria os cursos profissionalizantes” (SILVA, 2007, p. 249). Nesse momento, cabe destacar intensas buscas dos governos por financiamento e intervenção do empresariado baiano no tema da educação.

Em razão disso, como já foi dito, este trabalho busca conhecer a trajetória do Colégio Estadual Odorico Tavares, instituição considerada modelo para a educação na Bahia, e compreender o contexto da política dos Colégios-modelo no Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio, ao ponto em que, busca analisar quais eventos se tornaram facilitadores para o fechamento da instituição.

Importante dizer que fui estudante do CEOT no período de 2015-2017 e, desde então, participei ativamente, inicialmente, através do movimento estudantil; e, posteriormente, enquanto professora em formação, de ações, eventos e manifestações contra o fechamento da instituição e a favor da reabertura de matrículas. Tal implicação favoreceu o interesse em investigar esse espaço afetivo no qual aflora o apreço pela docência e meu desejo em ser professora.

Durante o curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, participo da Linha de Pesquisa de Políticas Públicas e Gestão da Educação (PPGE) é o espaço que me ajuda na materialização dessa curiosidade intelectual considerada “um-dia-devaneio” e construção deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), articulando a justificativa pessoal com as dimensões necessárias para justificar tal empreendimento academicamente.

Este trabalho de natureza qualitativa, com intenção exploratória, pretende contribuir no campo social e educacional a partir da utilização rigorosa dos procedimentos metodológicos que envolvem a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. Objetiva-se buscar informações relevantes à temática por meio da consulta a um rico acervo de fontes, tais como, relatórios de atividades, diários oficiais, jornais locais, além de sites oficiais das secretarias, institutos e de consultas públicas.

Ainda sobre aspectos metodológicos, serão considerados na pesquisa documental publicações no Diário Oficial do Estado da Bahia, acessados presencialmente na Empresa Gráfica da Bahia (EGBA) e virtualmente no site do Diário Oficial On-line (DOOL) a partir do ano de 2007; Relatórios de Atividades do Governo da Bahia, consultados na Biblioteca Anísio Teixeira, localizada no Instituto Anísio Teixeira, Paralela; e na Biblioteca Rômulo Almeida, localizada na Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos (SEI); Centro Administrativo da Bahia (CAB), documentos oficiais do Colégio Estadual Odorico Tavares, consultados no acervo documental localizado no site de consulta pública Sistema Escolar, disponibilizado pela Secretaria Estadual de Educação (SEC); e reportagens examinadas em jornais locais como Tribuna da Bahia, A Tarde e Correio. Na pesquisa bibliográfica serão consideradas obras publicadas a respeito da temática investigada com objetivo de apoiar e direcionar o trabalho científico.

Diante do que foi apresentado, o trabalho foi estruturado em 5 seções, sendo elas: a presente introdução, que visa apresentar em linhas gerais o tema a ser tratado, aspectos metodológicos, justificativa e relevância da análise; a segunda seção intitulada “Contextualização do Ensino Médio no Brasil” que almeja situar o ensino médio frente aos desafios das políticas educacionais e fazer um recorte sobre o estado da Bahia e a política dos Colégios-modelo; a seção 3 denominada ‘O



Colégio Estadual Odorico Tavares e os desafios da reforma do Ensino Médio da década de noventa”, que corresponde a instituição de ensino, buscando apresentar informações sobre o CEOT quanto inserção na política em questão e a sua trajetória; a seção 4 nomeada “Encerramento das atividades do Colégio Odorico Tavares” que aborda aspectos quanto ao fechamento da instituição, tendo o jornal como fonte de história de pesquisa; as considerações finais, que compila as compreensões construídas ao longo do caminho e aponta aprofundamentos necessários em trabalhos futuros.

## **2. Contextualização do Ensino Médio no Brasil**

A atual seção tem como objetivo apresentar uma breve contextualização histórica referente ao contexto educacional do Ensino Médio elencando marcos significativos, geradores de leis, reformas, decretos e afins, considerados relevantes para o entendimento de aspectos significativos à temática abordada do Ensino Médio, seus desafios e suas políticas educacionais.

Além disso, será analisado o recorte territorial do caso da Bahia no contexto da política de Ensino Médio dos colégios-modelo na década de 1990, condição em que está inserido o objeto desta análise, o Colégio Estadual Odorico Tavares, uma vez que o olhar para as dinâmicas sociopolíticas da época é relevante para compreender a política educacional.

### **2.1 Ensino Médio: concepções em disputa**

Para compreender como o Ensino Médio é concebido ao longo da História da Educação, inicialmente é preciso considerar o dilema quanto a sua identidade, em alguns momentos se apresentando enquanto uma etapa preparatória para o ensino superior e, em outros, como uma formação para o mercado de trabalho, construindo, assim, uma realidade que dificulta estabelecer políticas públicas para a etapa (KRAWCZYK, 2009, 2011).

Atualmente, segundo a Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9394/1996, dispositivo que define os princípios, a estrutura e a organização da educação brasileira no Brasil, o Ensino Médio tem como finalidade: a consolidação e aprofundamento de conhecimentos adquiridos no ensino fundamental; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando; o aprimoramento como pessoa humana; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática nos componentes cursados (BRASIL, 1996).

A incorporação da categoria Trabalho e Cidadania, ao Ensino Médio, evidenciada na legislação e na política educacional, norteia um intenso campo de debates a respeito da vertente profissional do Ensino Médio muito realçada, em detrimento da formação para o plano do desenvolvimento humano. A noção de

trabalho como princípio educativo não diz ou deveria dizer respeito, exclusivamente ao trabalho manual, mas sim, às dimensões de trabalho articuladas à compreensão da natureza, da ciência e da técnica.

No momento presente, os desafios do Ensino Médio giram em torno de questões como: a universalização e democratização do acesso, o aumento da qualidade do ensino, o enfrentamento das desigualdades, a superação da dualidade da escola média, a valorização do profissional de educação e a definição de políticas públicas que acompanhem as demandas da etapa final da escolarização obrigatória (KRAWCZYK, 2009, 2011; CARMO; CORREA, 2014).

A respeito disso, os documentos que contribuem no enfrentamento dessas dificuldades são a própria LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), normas que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino; o Plano Nacional de Educação (PNE), instrumento de planejamento com duração de dez anos a fim de propor metas, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento da educação básica; a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento incluído na Lei nº 13.415 de 2017, a mais recente reforma realizada no ensino médio, que define direitos e objetivos de aprendizagem, conforme as diretrizes do Conselho Nacional de Educação. Documento aliados à Constituição da República Federativa do Brasil e ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

A relação entre educação e transformação social estabelecida por Carmo e Correa (2014) diz respeito às mudanças na concepção de educação que ocorrem ao longo dos séculos em decorrência das transformações que acontecem na sociedade e como a escola as acompanha. Nos dias de hoje, o que se pode entender enquanto escola individual, pautada na capacidade pessoal do sucesso, baseado no esforço próprio, gera uma ideia de escolarização completa para poucos, onde muitas vezes, levando em consideração o contexto das classes trabalhadoras, estar no Ensino Médio não é nem uma alternativa palpável, algo que determina uma escola que conserva as desigualdades e a reprodução das classes sociais (BOURDIEU, 1999).

Entretanto, “uma identidade associada à formação básica deve ser garantida a toda a população” (MOEHLECKE, 2012, p. 40) e, para isso, se faz necessário compreender a educação como “uma instância dialética que serve a um projeto, ou

seja, trabalha para realizar esse projeto na prática” (LUCKESI, 1994, p. 49), pois assim nos ajuda a pensar sobre qual projeto tem se destinado ao Ensino Médio ao longo da História da Educação. Dito isso, faremos uma síntese a seguir para construir reflexões a respeito dessa temática.

A ideia de escolarização no Brasil se inicia no período colonial. A Companhia de Jesus era a responsável por ensinar e instruir majoritariamente os povos indígenas a partir de suas perspectivas religiosas. Entretanto, além das missões de catequese jesuíticas para os povos originários, restringidas aos ensinamentos religiosos, uma educação diferenciada para os filhos dos colonos portugueses era ministrada, não apenas com conteúdo religioso, mas com assuntos relacionados às letras com destaque no curso de humanidades, sistematizadas através do *Rátio Studiorum*.

Após 200 anos de orientação jesuítica, a educação se guia pelas reformas realizadas por Marquês de Pombal, Primeiro-Ministro de Portugal, dando início ao período Pombalino, caracterizado por aulas avulsas, chamadas de aulas régias, transferindo a responsabilidade do ensino para a Coroa Portuguesa (ZOTTI, 2004).

Durante o período citado, as aulas eram administradas de forma desconexa, com conteúdo fragmentados e sem um currículo para regularizar as atividades, além de que “[...] dos jesuítas a Pombal a educação brasileira foi marcada pelo objetivo de formação da elite dirigente da sociedade colonial” (ZOTTI, 2004, p. 30). Na Bahia, o sistema de aula régias compunha a educação, além do estabelecimento de normas para catequese dos indígenas na província com a lei nº 32 de março de 1836.

Com a instalação da Família Real no Brasil, em 1808, em decorrência da invasão napoleônica em Portugal, novos atos e reformas são conferidos à educação, entre eles: a descentralização do ensino elementar e secundário e também a criação de escolas superiores e do Colégio Pedro II, a fim de preparar os filhos da nobreza portuguesa e aristocracia brasileira. Além disso, foi criado o Liceu Provincial, instalado em 1837, como uma alternativa à sistematização das aulas avulsas em um único prédio, cuja estrutura foi composta por 13 cadeiras e o Museu Nacional incorporado ao Liceu (DICK, 1992, p. 42), e o Regulamento Orgânico de 1860, que correspondeu a “[...] primeira tentativa de organização do ensino secundário baiano” (Dick, 2001, p.11).

Após a Proclamação da República, saímos do período imperial e logo em 1890 ocorre a primeira Reforma para Instrução Pública da República na Bahia que divide o ensino em primário, secundário profissional ou técnico, extinguindo o Liceu e criando o Instituto Oficial do Ensino Secundário da Bahia (DICK, 2001). No Estado podem ser citados os seguintes eventos marcantes relacionados à educação: criação da Escola Normal para professores e o regulamento das missões indígenas em 1836, regulamentação da Escola Normal e a criação e regulamentação do Conselho de Instrução Pública.

Mesmo com a necessidade de modernização das relações sociais, diante da nova realidade econômica e política, em decorrência da abolição da escravatura (1888) e proclamação da República (1889) que propõe o fim do Segundo Reinado, separação entre Estado e Igreja, transformação das províncias em Estados federados, “[...] a educação continuava sendo artigo de luxo restrito às classes favorecidas” (ZOTTI, 2004, p. 69) e o ensino secundário marcado pelo caráter propedêutico, cujo objetivo era favorecer acesso ao ensino superior às classes privilegiadas, ou seja, apenas uma parcela da população, considerando que neste período, o sistema escravista não oferecia o direito ao acesso à educação às pessoas escravizadas.

Até aqui, compreendemos que durante toda a História da Educação diversos desafios, principalmente a respeito da universalização, foram encontrados, uma vez que, novas concepções de sociedade e educação foram construídas, perpassando pelos períodos colonial, imperial e adentrando no republicano. Contudo, um aspecto fixo, foi a diferenciação do que se era ofertado, tanto em termos de educação quanto em termos de outros serviços que hoje já são regulamentados e reconhecidos enquanto um dever do Estado, a partir do público pertencente ao território brasileiro.

Enquanto uma nação colonizada, pensar a respeito dos efeitos do imperialismo na educação nos remota principalmente à desigualdade no acesso e a pouca inclusão no sistema educacional. No Brasil, a manutenção da mão de obra do trabalho escravo de povos indígenas e africanos sempre foi um interesse relevante, e a educação, para os colonizadores, se apresentava enquanto ferramenta de manutenção dessas realidades, no ponto em que o acesso não era universal. O ensino propedêutico é uma educação voltada para a preparação de uma especialização posterior, algo que não fora pensado para ser destinado a qualquer grupo que não o dos filhos que compuseram a elite durante os períodos vivenciados.

Diante desse cenário, segundo Nagle (1976), as reformas educacionais ocorridas na Primeira República - como a Reforma Benjamin Constant (1890), a Reforma Epiácio Pessoa (1901), a Reforma Rivadávia Correia (1911), a Reforma Carlos Maximiliano (1915) e a Reforma Rocha Vaz (1925) - almejaram o aperfeiçoamento e a difusão do ensino secundário em dois pontos: o da regulamentação e o da desoficialização, considerando que o ensino secundário não era um pré-requisito obrigatório para ingresso no ensino superior. A última reforma do período a afetar o ensino secundário, ocorrida em 1925, no contexto de transição para o modelo urbano-industrial, foi marcada por pressões direcionadas ao governo sobre a necessidade de repensá-lo, porém, “[...] não foi ainda nesse momento que o ensino secundário atendeu a objetivos mais amplos de formação da juventude e expansão para o acesso da população” (ZOTTI, 2004, p. 81).

Na Bahia, a Reforma Góis Calmon (1925), definida pela Lei nº1.846 de 14 de agosto, colocou em cena mudanças significativas para a educação de todo país com o Secretário de Educação e Saúde Anísio Spínola Teixeira, cujas contribuições giraram em torno dos princípios de gratuidade e obrigatoriedade do ensino a partir da implementação de escolas públicas e sua valorização, além da concepção de escola pública enquanto “máquina que prepara para a democracia” (ASSUNÇÃO, 2014, p. 200).

Na Segunda República, discussões a respeito da laicidade, de uma escola enquanto pública, gratuita e obrigatória, passam a entrar em cena. No entanto, com a Era Vargas (1930-1945) os debates esfriaram e foram criadas leis orgânicas de ensino, um marco onde o Estado trabalha de forma mais efetiva para organizar a educação brasileira e introduz o ensino profissionalizante em um cenário cuja dualidade entre ensino propedêutico e profissionalizante acende e a dicotomia entre trabalho intelectual e manual é alimentada (ZOTTI, 2004; KUENZER, 2009; COSTA, 2013).

Neste período, os principais acontecimentos no campo educacional foram: a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, instituição que desenvolvia atividades de interesse a vários ministérios, como saúde, esporte, educação e meio ambiente; a Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior (1931), de caráter elitista e conservador, organizada a partir das novas exigências educacionais frente a intensificação do capitalismo industrial; o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), documento que propunha estabelecer um diagnóstico a respeito do

quadro educacional brasileiro e oferecer uma proposta de criação de um sistema nacional de educação essencialmente gratuito, laico, obrigatório e misto, onde homens e mulheres possuíssem possibilidades iguais de aprendizagem; a Constituição Federal de 1934, promulgada a fim de organizar o regime democrático da nação, pautado na liberdade, justiça e bem-estar social e econômico; a 4ª Constituição Federal de Brasileira, de 1937 implantada com o apoio militar cuja principal característica era a quantidade de leis fascistas que concentravam o poder nas mãos do chefe Executivo; a criação das Leis Orgânicas do Ensino com a criação de vários decretos a fim de estruturar o ensino técnico profissional com apoio do empresariado nacional (PALMA FILHO, 2005).

Junto a iniciativas privadas e a favor do desenvolvimento dessa educação profissional, em um contexto de organização gerido pelo Taylorismo/Fordismo, é criado em 1942 o Serviço Nacional da Indústria (SENAI), e em 1946 o Serviço Nacional do Comércio (SENAC), cujo objetivo era a formação de mão de obra para o trabalho, almejando o desenvolvimento econômico a partir do desenvolvimento industrial (KRAWCZYK, 2009; SANTOS, 2010).

Com o fim da Era Vargas, o período que compreende a redemocratização foi marcado pela fundação de associações e sindicatos, e pela criação de políticas educacionais de interesse popular (HILSDORF, 2006). É publicada a primeira LDB em 20 de dezembro de 1961 pelo presidente João Goulart, cujo objetivo foi a regulamentação do sistema de educação com base nos princípios presentes na Constituição de 1934 que compreendia a definição de diretrizes para a educação como incumbência da União.

Entretanto, uma concepção tecnicista aflora no contexto da Ditadura Militar (1964-1985), cujo objetivo foi garantir as necessidades do modelo econômico vigente - o capitalismo e a ideologia empresarial -, bem como organizar a educação a favor da indústria, servindo ao mercado de trabalho.

Neste período, diversas mudanças curriculares foram introduzidas em todo o país, principalmente a respeito da inclusão do componente de Educação Moral e Cívica, além da construção de Escolas e Faculdade de Educação Física, orientados pela segunda versão da LDB de 1971 publicada pelo presidente Médici. Segundo Candeu e Vermeersch (2016), os reflexos da ditadura sobre a educação foram nocivos ao ponto em que impediram o país de desenvolver o ensino e o processo de

democratização através da participação política, algo que deveria ser um direito de todo cidadão brasileiro.

Após alguns anos de reabertura política, em 1996 foi aprovada a terceira versão da LDB, a Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) e o ensino médio passou a ser oferecido de forma separada da educação profissional, que por sua vez passa a ser um curso oferecido em paralelo ou sequencial ao ensino médio (ZIBAS, 2005).

Tal determinação viabiliza a criação de escolas técnicas que, a partir dos anos 2000, se tornam prioridade. Por esse motivo, é criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e em 2016 uma nova Reforma do Ensino Médio é discutida, composta por eixos formativos alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A Lei 13.415/2017 que alterou a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece mudanças no ensino médio, a partir da mais recente reforma, almejando como objetivo garantir a educação a todos e a aproximação da escola com a realidade dos estudantes, do mundo do trabalho e da vida em sociedade (BRASIL, 2017).

Porém, sobre esse movimento, é colocado pela sociedade civil e por professores e pesquisadores da área, a possibilidade de um aumento ainda mais significativo das desigualdades no âmbito da educação, a partir da associação da mobilização de conhecimentos com o desenvolvimento de habilidades e competências, seguindo a lógica de uma educação dividida entre os filhos dos trabalhadores e os filhos da elite, que se desenha por toda a trajetória do ensino médio na história da educação. (CUNHA, 2017; FERRETI; SILVA, 2017; RAMOS; FRIGOTTO, 2016).

Kuenzer (2000) diz que a história do Ensino Médio no Brasil é marcada pelo enfrentamento da tensão entre formação geral e formação específica e que isso não é apenas uma questão pedagógica, mas também política, já que considera uma dupla função dessa etapa da educação básica: a continuidade dos estudos e a preparação para o mundo do trabalho.

Dessa forma, como visto no corpo desta explanação, a disputa sobre a concepção de ensino médio perpassa pelos desafios enfrentados quanto a sua identidade. Afinal, se trata de uma etapa preparatória para ensino superior ou para o mercado de trabalho? Quando analisado a partir da História da Educação,



visualizamos que seu propósito se modifica a partir das transformações na sociedade.

Tensionamentos a respeito do Ensino Médio estimulam o debate quanto a sua obrigatoriedade, gratuidade, qualidade e expansão, e a articulação entre esses aspectos diz respeito à garantia de princípios constitucionais, sobre a gratuidade do ensino público e o dever do Estado em provê-lo para toda a população, articuladas as noções de responsabilidade pela expansão e melhoria da qualidade, uma vez que também é colocada a sua obrigatoriedade diante da educação básica.

Como pontuado anteriormente, um dos documentos que orienta metas, diretrizes e estratégias a serem realizadas para o desenvolvimento da educação básica, diante do contexto de desigualdades educacionais no país, é o PNE. Neste plano, foram desenvolvidas 20 metas estruturantes quanto a ampliação das oportunidades educacionais, valorização da diversidade, valorização dos profissionais da educação e compromisso com a educação superior, a serem realizadas no período de 10 anos (2014-2024).

Na Bahia, a Lei Estadual nº13.559 de 11 de maio de 2016 aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) com vigência também de dez anos (2016-2026). Neste documento, a meta destinada ao ensino médio diz respeito à expansão do atendimento escolar a toda população, a fim de elevar a taxa líquida de matrícula para 85%, orientada por uma série de estratégias para seu alcance.

A educação como um direito de todas as pessoas, tem como um dos objetivos mais relevantes o pleno desenvolvimento, no sentido em que fortalece a dignidade humana e enfatiza o respeito pelos direitos. Sobre isso, Coomans, (2007) apud Piris e Moretti (2016) diz que:

O acesso a uma educação de qualidade e emancipatória, sem discriminação, pode levar à criação de oportunidades, à liberdade de escolha, ao crescimento econômico sustentável, à melhoria das condições de saúde, a redução da pobreza, à melhoria da mobilidade social, e a prevenção de regimes autocráticos. (p. 389)

Ao falar sobre expansão e qualidade, estamos nos referindo a articulação de políticas de garantia e melhoria referente a diversos aspectos do ensino, como, por exemplo: o aumento da oferta de vagas, a redução dos índices de evasão e repetência, a valorização dos profissionais da educação, a gestão democrática dos recursos financeiros, a modernização dos espaços físicos, a possibilidade em

construir diagnósticos sobre a situação educacional e, entre outros, que assegurem condições satisfatórias para o funcionamento das unidades escolares.

A partir disso, uma análise relevante diz respeito à noção de educação diferenciada tecida diante da composição do Ensino Médio ao longo dos períodos históricos. Essa proposição de Ensino Médio - e o dilema quanto a sua identidade - trazem contribuições para a atenção quanto a organização social que se divide em classes sociais com oportunidades distintas. O educador Anísio Teixeira (2007) diz que:

O nosso sistema arcaico de educação - destinado ao preparo de nossas diminutas classes de lazer e de mando, mando muito mais decorrente do "prestígio" social dessas classes do que de sua competência, e por isto mesmo, fácil de ser exercido - podia ser puramente "decorativo e, ainda assim, atingir os seus objetivos. [...] O primeiro movimento do povo brasileiro está sendo o de conquista dessa educação decorativa, antes destinada à elite. (p. 61)

Outro ponto de reflexão seria a articulação da garantia da ideia de função social da educação, descrita acima, com o modelo socioeconômico que está posto, baseado no liberalismo clássico, que interfere e influencia diretamente nas pautas da educação, uma vez que a escola passa a ser vista como um mercado e, assim, a manutenção de mão de obra para o trabalho se intensifica e a competitividade e individualidade são estimuladas. Sobre isso, Laval (2019) diz que:

A educação não dá apenas uma contribuição fundamental à economia, não é apenas um input em uma função de produção, mas é entendida como fator cujas condições de produção devem se submeter plenamente à lógica econômica. Por essa razão, é considerada uma atividade com custo e retorno, cujo produto se assemelha a uma mercadoria. Como dizia Claude Allégre, o ensino é "o grande mercado do próximo século. (p.30)

A partir das considerações descritas, a dualidade educacional marcada pela existência de um sistema que visa atender as demandas das diferentes classes existentes na sociedade, a fim de que seja perpetuada sua manutenção é historicamente posta em diversas reformas ocorridas. Atualmente, essa questão continua a se manifestar a partir da mais recente reforma do Ensino Médio e as inquietações acerca das consequências da nova organização curricular ancorada em uma base comum respaldada em habilidades e competências.

A seguir, vejamos as reformas recentes no Ensino Médio através do recorte do estado da Bahia na década de 1990, analisando o projeto dos Colégios-modelo

importante para compreender a trajetória do Colégio Odorico Tavares, organizado pelas ações de expansão e melhoria do ensino enquanto proposta de enfrentamento aos desafios quanto a universalização do Ensino Médio até as tentativas de implementação da educação em tempo integral.

## **2.2 As reformas recentes do Ensino Médio na Bahia: ampliação e melhoria do ensino médio a partir dos colégios-modelo**

Na conjuntura nacional, o neoliberalismo, precedido de transformações mundiais no aspecto socioeconômico, construía uma realidade ordenada no livre comércio, na competitividade, na privatização e na contenção de gastos na área social. Segundo Duménil e Lévy (2014), o neoliberalismo se caracteriza enquanto uma ordem social onde uma nova disciplina é imposta ao trabalho e novos critérios de gestão são estabelecidos, pautados no livre comércio e na livre mobilidade do capital, restringindo a intervenção estatal na economia.

No palco da educação, documentos internacionais a resguardam como um instrumento para dominar a modernidade sistematizada na universalização do ensino para a educação fundamental e na parceria público-privada para o Ensino Médio e profissionalizante (SILVA, 2007). Nessa condição, o Estado deixa de ser o principal responsável pela oferta e manutenção da educação e passa a gerar e controlar políticas, fomentando o crescimento do domínio da agenda da educação a setores sociais.

Na Bahia, a necessidade da superação do declínio econômico com o definhamento do alicerce açucareiro, já que, o estado se sustentou por muito tempo na agricultura do cacau e exportação, exigiu uma nova perspectiva de modernização, voltada para a industrialização, que fora estampada com caráter conservador e desenvolvimentista (SILVA, 2007).

Indicadores educacionais oscilavam conforme as taxas de urbanização aumentavam, evidenciando altos índices de analfabetismo e baixos índices de rendimento e atendimento à população, além de imputar as condições físicas e materiais precárias das escolas baianas.

Diante disso, projetos educacionais voltados para: recuperação das unidades escolares da rede, ampliação de oportunidades de acesso, aumento do nível de escolaridade da população, valorização dos profissionais da educação, aporte ao

material didático e capacitação dos recursos humanos, ganham cena com maior intensidade a partir de atividades desenvolvidas pela Secretaria de Educação do Estado e as políticas educacionais propostas pelos governos da época (BAHIA, 1995; 1998).

Iniciativas quanto a recuperação e construção de unidades escolares perpassam por toda a década de 90, estruturadas a partir de dois governos estaduais que se sucederam na Bahia no período 1991-1998, o governo de Antônio Carlos Magalhães (ACM) e o governo de Paulo Souto, respectivamente.

O governo de Antônio Carlos Magalhães (1991-1994) foi o terceiro mandato do médico, empresário brasileiro e grande referência de setores da classe dominante, filiado ao Partido da Frente Liberal (PFL), porém o único conquistado através do sufrágio universal. Carregando consigo a trajetória como um dos herdeiros das oligarquias baianas em um processo de renovação de práticas políticas a partir da expansão do capitalismo, em sua governança, ACM valorizava a ideia de modernização conservadora. Nessa regência, a ideia de reforma do Estado, alinhada a uma concepção de política pública restritiva, que tem como principal objetivo a eficiência, enaltece a educação quando a mesma está a serviço do mercado e a favor do capitalismo.

Empreendimentos a respeito da Reforma e Modernização do Estado conjuntamente percorrem toda a década de 90. Com a justificativa da adoção de uma “ [...] máquina administrativa de maior eficiência, agilidade e racionalidade” (BAHIA, 1997), um dos principais marcos da modernização é a criação de novos padrões de relacionamento entre Estado, sociedade e iniciativa privada.

No campo da educação deste governo, Antônia Silva (2007) pontua que:

[...] as políticas para educação tiveram como marca a falta de um suporte técnico-instrumental que indicasse não só quais problemas seriam enfrentados, mas por que e como seriam enfrentados. Evidencia-se, assim, que as políticas para a educação básica foram mantidas em condições político-pedagógicas marginais, pois, além de reiterarem uma concepção salvacionista, que se articulava a uma perspectiva pregressa de desenvolvimento e de Estado, na prática não alteravam estratégias de intervenção já de muito conhecidas na trajetória de menosprezo pelos critérios públicos de julgamento das situações e problemas sociais do país [...]. (p. 221)

Acreditamos que a menção à concepção salvacionista, atribuída pelo governo em questão, se dá em decorrência de que, desde o início de seu terceiro mandato, a

ideia de “salvar” a Bahia da improbidade administrativa, dando ênfase na reconstrução do estado, restauração da moralidade pública, reordenamento administrativo, valorização do servidor público e na recuperação financeira do Tesouro Nacional, aparecem nos discursos de Antônio Carlos Magalhães ao se referir a situação em que seu antecessor, Nilo Coelho, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), lhe entrega a Bahia.

O governo de Paulo Souto (1995-1998) foi o primeiro de dois mandatos, sendo o segundo de 2003-2007, além de ter sido o vice-governador na gestão de Antônio Carlos Magalhães, descrito acima. Em sua administração, os encargos diziam respeito quanto a urgência da construção de uma avaliação sobre a realidade educacional, a continuidade ao processo de ajuste do Estado à nova racionalidade da administração pública, além da consolidação de uma política de educação mais rente com a concepção de educação pública gerencial (SILVA, 2007).

Modificações quanto aos marcos operacionais neste governo diziam respeito a mudanças na Secretaria de Educação do Estado e ao Programa Estadual de Desestatização, orientado pelo Decreto nº 5441 de 28 de maio de 1996, que orientava processos de privatização como a venda da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) em 1997, a concessão da Estrada do Coco na Linha Verde, do Banco do Estado da Bahia (BANEB), Companhia de Pesquisa Mineral (CBPM), além da regulamentação da terceirização de serviços (BRASIL, 1996).

No âmbito da educação, Antônia Silva (2007) pontua que:

[...] embora de início a gestão se mantivesse no vácuo das iniciativas da gestão anterior, gradativamente foi-se firmando um movimento de concatenação das intervenções no setor com as concepções de Estado e de desenvolvimento assumidas pelo governo. Assim, além de seguir tocando as ações que de longa data já vinham em pauta, como construção, ampliação e recuperação das escolas, incremento das matrículas e assistência aos educandos, ocorreria uma atualização na concepção de educação, além da implementação de vários projetos que iam da reorganização administrativa à pedagógica, tendo como suposta baliza a melhoria da qualidade do ensino e a modernização/otimização do sistema. (p. 222)

A respeito da construção, ampliação e recuperação de unidades escolares da rede, esta é uma pauta presente em discursos de posses, relatórios de atividades e outros documentos oficiais, anteriores e posteriores à década de 90. Em linhas gerais, esse movimento diz respeito à construção, recuperação e ampliação de

espaços em seu sentido físico, dotação de mobiliário e equipamentos indispensáveis, aquisição de acervo bibliográfico, dinamização da unidade escolar, apoio técnico na elaboração, implantação e avaliação dos currículos, até o acompanhamento e assistência técnico-pedagógica permanente às unidades escolares de Ensino Médio básico, segundo o Plano Decenal de Educação (PLANDEBA) de 1990.

Com acompanhamento a partir de relatórios de atividade dos governos e secretarias em questão, é possível observar essa ação ao longo dos anos 90, ora tendo a incorporação enfoque de programas como o Programa Escola de Qualidade - PROQUALI (BAHIA, 1995), a construção dos Núcleos de Tecnologia Educacional - NTE (BAHIA, 1995; 1998) e o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (BAHIA, 1998), ora trazendo luz à números e dados de escolas construídas, recuperadas e ampliadas.

O projeto de interesse, Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio, teve como objetivo central o aumento da qualidade e quantidade de vagas para o Ensino Médio. Acerca disso, Borges (2010) pontua que:

No que diz respeito ao programa de expansão de vagas do ensino médio, o Projeto Bahia tinha como uma de suas diretrizes garantir a máxima eficiência na distribuição dos recursos, através de estudos das condições de oferta e demanda por educação nos municípios. O documento oficial do projeto [Projeto Bahia] afirmava que a construção de novas classes e/ou escolas só seria realizada quando não fosse possível ampliar as vagas por meio da otimização da infraestrutura existente e/ou quando ficasse clara a existência de uma demanda potencial capaz de justificar novos investimentos. (p. 407)

Por consequência, projetos foram construídos para se juntarem em complemento ao Programa, considerando os convênios, acordos e parcerias firmados pelos governadores da década de 90. Um destes, foi o projeto dos Colégios-modelo, apresentado pelo então governador Paulo Souto, financiado a partir dos recursos da privatização da Coelba e posteriormente do Banco Mundial, cujo objetivo é a ampliação da oferta de ensino médio e oferta à comunidade de novos parâmetros educacionais (BAHIA, 1998).

O Decreto nº 7.293, de 04 de maio de 1998, institui o programa dos Colégios-modelo, justificando a ampliação da oferta de Ensino Médio, porém não discorre sobre quais novos parâmetros educacionais o projeto propõe alcançar, limitando-se apenas a definir: que todas as instituições criadas no terno do programa

serão denominadas Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (LEM), em homenagem póstuma ao deputado federal Luís Eduardo Magalhães, falecido 2 semanas antes da promulgação do decreto; que serão ofertados cursos de Formação Geral com módulos instrumentais de Informática Básica, Língua Estrangeira e Gestão Empreendedora; os municípios que serão construídas as primeiras instituições; características mínimas para uma instituição ser reconhecida como modelo, nos termos do decreto, contendo “[...] no mínimo, 12 salas de aula, 1 biblioteca, 3 salas de língua estrangeira moderna, sala de artes, sala de informática, sala de TV Escola, quadra esportiva e todas as modernas dependências administrativas.” (BAHIA, 1998).

Nos demais territórios do Estado da Bahia, podem ser citados os seguintes municípios contemplados pela criação de Colégios LEM – Luís Eduardo Magalhães: Barreiras, Xique-Xique, Irecê, Vitória da Conquista, Bom Jesus da Lapa, Ibotirama, Juazeiro, Paulo Afonso, Ilhéus, Ipiaú, Brumado, Feira de Santana, Guanambi, Teixeira de Freitas, Itaberaba, Itapetinga, Itabuna, Porto Seguro, Jequié, Caetité, Santo Antônio de Jesus, Camaçari, Eunápolis e Canavieiras (BAHIA, 2002).

Classificados por Antônio Carlos Magalhães como “colégios modelo para o Brasil inteiro” (BAHIA, 1994), as instituições referência foram criadas a partir de unidades escolas já existentes na rede, apresentadas como um parâmetro para ser seguido, que posteriormente são incorporadas à concepção de escolas referência, cujas expectativas quanto a qualidade do ensino ultrapassam o raso decreto que os propaga. Sobre o compromisso com a qualidade da educação e valorização do servidor público, o projeto almejava:

[...] abrigar os melhores profissionais do quadro e receber os alunos mais destacados da rede. A intenção de criação dessas instituições era justificada pelo compromisso com a melhoria da qualidade do ensino e a elevação da remuneração dos professores mais preparados. (SILVA, Antônia. 2007, pg. 246)

Além da nomeação de uma série de unidades escolares espalhadas entre os municípios do Estado, Luís Eduardo Magalhães também nomeia aeroportos, ruas, avenidas e municípios, além da criação da Fundação Luís Eduardo Magalhães - Centro de Modernização e Desenvolvimento da Administração Pública - (FLEM), “estruturada na forma de fundação com personalidade jurídica de direito privado,

declarada de utilidade pública, sem fins lucrativos” (Fundação Luís Eduardo Magalhães).

No contexto dos anos noventa, a demanda de ampliação e melhoria da rede física de escolas, esteve presente durante toda a década de 90, mas não foi algo que se limitou a ela, pelo contrário, essa discussão já vinha sendo abordada em discursos de posse, reportagens em diários oficiais, relatórios de atividades e gestão, etc. de anos anteriores, e continuou presente nesses mesmos canais. É relevante pontuar que a proposta da ampliação da rede física se apresenta enquanto um programa, quando orientado por acordo ou convênio realizado pelo governo da Bahia com algum órgão, instituto, banco e afins.

Um estudo sobre o diagnóstico da rede física de escolas estaduais, realizada pela Secretaria da Educação e Cultura em 1991, com apoio financeiro da Unicef, gerou um relatório parcial quanto ao funcionamento das unidades escolares, constatando que 96% das escolas possuíam problemas de conservação e funcionamento nas instalações hidráulicas, elétricas, de esgoto, no piso, nas paredes, nas janelas, nas portas, nos telhados e pintura, estando 78,53% dessas com instalações comprometidas (BAHIA, 1991).

No governo de Antônio Carlos Magalhães, alguns acordos foram firmados em prol da recuperação de escolas públicas, entre eles destacamos alguns. O investimento de 1,6 bilhão de cruzeiros na recuperação de 968 salas de aula da rede pública de Salvador, repassados pelo Ministério da Educação através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (BAHIA, 1991). O convênio assinado com o Liceu de Artes e Ofícios a favor da recuperação de 90 das 456 escolas da rede de Salvador com recursos da cota estadual do Salário-Educação e da cota federal.

O convênio com o Liceu de Artes e Ofícios foi firmado simbolicamente na Escola Raphael Serravalle, escolhida como pioneira neste projeto por ser considerada escola-padrão com participação ativa dos estudantes (BAHIA, 1991).

O contrato de financiamento para a Bahia, assinado com o vice-presidente da América Latina e Caribe do Banco Mundial – BIRD, garantindo a aplicação de 167,7 milhões de dólares para a melhoria de instalações escolares. Os recursos do contrato em questão fazem parte do III Projeto de Educação Básica para o Nordeste, envolvendo recursos globais do Banco Mundial e Ministério da Educação de 367



milhões de dólares, onde na Bahia foi prevista a aplicação de 47% desses recursos (BAHIA, 1994).

No relatório de atividades de 1998, do Governo do Estado da Bahia, assinado por Paulo Souto, a questão da ampliação e melhoria do Ensino Médio é abordada pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio, redirecionando suas ofertas em função da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, “cujas diretrizes estabelecem a universalização progressiva desse segmento” (p. 272). O documento ressalta ainda a construção de 16 unidades escolares, padrão da Escola Thales de Azevedo, localizada no bairro do Costa Azul, em Salvador, e também, a inauguração do Complexo Escolar Luís Eduardo Magalhães no município de Barreiras, que compõe os colégios-modelo. A fim de assegurar o funcionamento das unidades mencionadas, o documento socializa “o andamento de negociações de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID” (p. 273).

O Projeto dos Colégios-modelo, proposto por Paulo Souto, em continuidade ao que vinha sendo realizado a favor da educação da Bahia no governo antecessor, foi orientado a partir da construção de unidades escolares com padrões semelhantes a escolas já existentes na rede, como o Raphael Serravalle, o Odorico Tavares, o Thales de Azevedo, a Escola Parque e o Instituto Central de Educação Isaías Alves.

A proposta para as escolas já existentes na rede e os novos colégios a serem construídos tinha o intuito de contemplar professores escolhidos através de processo seletivo, para receberem tratamento especial e salários mais altos, cuja finalidade era a valorização do servidor público através do mérito pessoal (BAHIA, 1995).

Os convênios assinados pelo Estado almejavam viabilizar a construção de escolas a partir ou não de projetos elaborados, bem como uma série de reformas que se sucederam nos anos seguintes, observados a partir da aproximação com os Relatórios de Atividades do Governo, a fim de proporcionar a ampliação e recuperação de espaços pedagógicos de escolas já existentes.

O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) é uma instituição financeira internacional que fornece empréstimos diretos a longo prazo aos governos e empresas a países em desenvolvimento, a fim de garantir estabilidade econômica, cuja política de crédito é autodenominada assistência técnica. Segundo Altmann (2002):

[...] ela nada mais é do que um co financiamento cujo modelo de empréstimo é do tipo convencional, tendo em vista os pesados encargos que acarreta e também a rigidez das regras e as precondições financeiras e políticas inerentes ao processo de financiamento comercial. (p.79)

No Brasil, acordos, parcerias e empréstimos são feitos ao BIRD desde 1946, e segundo Corrêgio, (1996), o Banco Mundial considera o investimento em educação uma alternativa para aumentar os recursos das classes menos favorecidas ao fornecer serviços básicos em saúde e educação.

Entretanto, a existência da influência do Banco Mundial nas ações educativas na Bahia, evidenciam processos marcados por princípios e normativas econômicas, “[...] trazendo questões para a gestão da educação como: preparação para o mercado, baixos custos, descentralização, inclusão, resultados, transformando o aluno em consumidor e a escola em empresa [...]” (SILVA, M. 2007, p. 19). Dessa forma, a educação com ênfase na economia de mercado e suscetível a processos de privatização são fortalecidos com parcerias de financiamento com órgãos internacionais, como o BIRD, através de determinados programas e projetos destacados em políticas públicas educacionais.

Acerca disso, a influência do BIRD na educação baiana na década de 1990 se apresentou a partir de ações do Projeto Nordeste na Bahia. O referido projeto foi organizado para ser executado em cinco anos (1994-1998) com o financiamento do BIRD, do governo federal e do governo do estado, com previsão de aplicação de US\$ 300 milhões nos estados do nordeste, cujo objetivo era reverter o alto índice de evasão e repetência nas escolas (BAHIA, 1992).

Outra instância significativa quanto ao financiamento das ações dos projetos e programas implementados na década de 1990 no âmbito da educação na Bahia, visto acima, foi o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O fundo é um órgão de gestão autônoma, fiscalizada pelo Estado, que executa a maioria das ações e programas da Educação Básica no país, vinculado ao Ministério da Educação (MEC), a fim de contribuir para o melhoramento da qualidade da educação ao ponto em que capta os recursos financeiros e os realoca nos projetos educacionais de acordo com o PNE.

Diante do exposto, é possível observar que o olhar para as dinâmicas sociopolíticas na Bahia dos anos 90 e os projetos de financiamento e expectativa de ampliação e melhoria da rede física e infraestrutura se apresenta relevante para

compreender a política educacional dos colégios-modelo. Dito isso, nos aproximemos nas próximas páginas do Colégio Estadual Odorico Tavares e de como ele é visualizado e incorporado à concepção de escola modelo.

### **3. O Colégio Estadual Odorico Tavares e os desafios da reforma do Ensino Médio na década de noventa**

Até o momento, nos aproximamos brevemente do contexto educacional do Ensino Médio, quanto aos dilemas e desafios enfrentados pela última etapa da educação básica, a partir da ótica da História da Educação Brasileira. Além disso, também foi possível realizar sucintamente o exercício de pensar o cenário sociopolítico, no recorte territorial do estado da Bahia, da década de 90, período em que está inserida a inauguração do Colégio Estadual Odorico Tavares e a implantação do Projeto dos Colégios-modelo.

Direcionar o olhar para as dinâmicas sociopolíticas e, por vezes econômicas, articuladas na época em questão, faz-se necessário em decorrência do entendimento de que o que ocorre nesses âmbitos interfere nas políticas educacionais. Dessa forma, considerar em quais linhas se organizam o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio e o Projeto dos Colégios-modelo, nos leva a compreensão do contexto em que o Colégio Odorico Tavares faz parte.

Como já visto, as necessidades educacionais e suporte com um diagnóstico acerca da realidade do Estado não estiveram em primeiro plano nos governos do período demarcado. A otimização da infraestrutura existente a partir da ampliação e recuperação dos prédios escolares, pretendia ampliar as vagas para o Ensino Médio na Bahia, porém não discorria sobre quais novos parâmetros definiam o projeto educacional pretendido.

É a partir desse panorama de desafios em que se insere o CEOT na educação baiana, e quais seriam as suas reais contribuições para o enfrentamento das problemáticas descritas acima, que são construídas as análises nesta seção. O esforço para traçar uma possível linha do tempo acerca de atividades e situações ocorridas no interior do colégio de forma linear a partir do acervo documental da instituição, de publicações em sites oficiais do governo, em diários oficiais e levantamento bibliográfico a respeito da temática se encontra nas páginas a seguir.

#### **3.1 Implantação do colégio**

O Colégio Estadual Odorico Tavares iniciou suas atividades no ano de 1994, com direito a cerimônia de inauguração na instituição, contanto com a presença do

então governador Antônio Carlos Magalhães, da secretária de educação Dirlene Mendonça, do escritor Jorge Amado, além de familiares de Odorico Tavares, sobretudo sua filha Maria Tavares, nascida na Bahia, reunidos em homenagem ao jornalista Odorico Tavares ao celebrarem a construção da nova unidade escolar.

De acordo com as certidões de registro, escritura de compra e venda e de desapropriação, encontrados no acervo documental do colégio, no site da Secretaria de Educação, o local em que foi construído o colégio antes abrigava um casarão, propriedade da família Pimentel de Sá, adquirido por permuta pela Construtora Gatto LDTA, que por sua vez transmite o imóvel para o Instituto de Assistência e Previdência do Servidor do Estado da Bahia (IAPSEB), até ser transferido ao Fundo Previdenciário (FUNPREV), que é autorizado a transferir o imóvel para o Estado da Bahia, para a construção da unidade escolar.

O nome do colégio homenageia o jornalista, escritor, poeta e colecionador de arte, Odorico Montenegro Tavares da Silva, mais conhecido como Odorico Tavares. Dentre as inúmeras atividades desenvolvidas ou apoiadas em Salvador, o jornalista chega na cidade em 1942, para dirigir a rede dos Diários Associados da Bahia, além de organizar em 1944, junto ao escritor Jorge Amado e o gravador Manoel Martins, “a primeira exposição de arte moderna brasileira na Bahia promovida pela seção da Bahia da Associação Brasileira de Escritores, na Biblioteca Pública de Salvador” (ODORICO, Tavares. 2014).

O evento de inauguração do colégio contou com os discursos do governador Antônio Carlos Magalhães e do escritor Jorge Amado, ambos amigos de Odorico Montenegro Tavares. Em suas palavras, ACM ressalta: “o nome deste colégio, que é um colégio modelo no Brasil inteiro, tinha que ser e é Odorico Tavares” (BAHIA, 1994), além de agradecer aos esforços do jornalista em reabilitar a educação na Bahia. Em seu discurso, Jorge Amado diz que, a obra do colégio é o início do pagamento da dívida que a Bahia tem com a memória do jornalista, pontuando que ainda deveria existir “Avenida Odorico Tavares, Rua Odorico Tavares, Beco Odorico Tavares, Largo Odorico Tavares, porque o que devemos [...] a Odorico Tavares é qualquer coisa enorme” (*ibidem*).

O “colégio modelo para o Brasil inteiro”, estava localizado na região central de Salvador, no Corredor da Vitória, antiga Dr. José Marcelino (Estrada da Vitória), caracterizado como o metro quadrado, do ponto de vista imobiliário, mais caro da cidade, por ser um bairro majoritariamente composto por segmentos sociais de

médio a alto poder aquisitivo; além dos cafés, museus, palacetes e acesso à praia, próximos aos altos edifícios de estruturas luxuosas. O corredor da Vitória mede menos de um quilômetro de extensão e interliga o Campo Grande e o Largo da Vitória, oferecendo acesso a trajetos que levam a outros bairros de classe média alta como Graça, Barra e Vale do Canela.

Freitas (2010) pontua que no período colonial e no limiar do século XX, os grandes fazendeiros de cana-de-açúcar decidiram montar seus casarões no Corredor da Vitória e bem no final do século, comerciantes franceses, italianos, ingleses e outros estrangeiros, também montaram seus casarões coloniais nessa extensão de terra plana, a fim de fugir das ruas irregulares do centro da cidade. Além disso, socializa o motivo pelo qual o local ganhou este nome, pois foi o chão em que as forças nativas marcharam durante o período da guerra da Independência da Bahia, quando a vitória contra o Exército Português de Madeira de Mello, foi conquistada.

Silva (2010) nos lembra como o Corredor da Vitória foi palco de revoltas de escravizados ocorridas no século XIX, exemplo da Revolta dos Malês, concebida como a maior revolta de povos escravizados da história brasileira, ocorrida na madrugada de 25 de janeiro de 1835 que mobilizou 600 escravizados, organizados em prol da sua liberdade, lutando contra a discriminação, maus tratos e opressão dos senhores brancos.

Em complemento, Dantas (2013) analisa que o século XIX abriu portas para que essa nova burguesia de comerciantes estrangeiros e fazendeiros construíssem os casarões que embelezavam a cidade, como descrito acima, mas que, sob uma nova visão de crescimento e modernidade alguns imóveis históricos foram perdidos ao serem demolidos, sobretudo no Corredor da Vitória, para darem lugar a edifícios e residências. O historiador também coloca que a grande especulação imobiliária tencionou a demolição de casarões como a Mansão Wildberg em 2007, o Casarão do Jornalista Jorge Calmon em 2009 e o velho Casarão do curso UEC, cuja data não foi informada.

A respeito dessa tendência de especulação imobiliária devido às transformações sociais e econômicas, Gonçalves (2019), ressalta que os museus presentes no Corredor da Vitória seguem resistindo a essa dinâmica. Citando o Museu Geológico, que integra ao seu espaço uma sala de arte de cinema e facilita o contato com filmes independentes e alternativos, ao ponto em que também realizava

atividades pedagógica com o público do colégio Odorico Tavares e outras escolas estaduais e municipais, promovendo o acesso a outros componentes culturais para os estudantes da região. Ainda podem ser citados o Museu de Arte da Bahia, o Museu Carlos Costa Pinto e o Goethe-Institut, “constantemente ameaçados por grupos conservadores da cidade de Salvador ao apresentarem exposições que divergem das concepções ideológicas desses sujeitos” (p. 45).

O CEOT, localizado nesta região e a partir deste contexto, serviu de inspiração para a construção de outros colégios, organizados a partir do Decreto nº7.293/98. Em razão de seus altos padrões arquitetônicos, da oferta de cursos profissionalizantes e tecnológicos, por abrigar os Núcleos de Tecnologia Educacional – NTE (ambientes computacionais), bibliotecas equipadas, além de uma arquitetura comprometida com a valorização do servidor público a partir do mérito individual, colégios-modelo foram criados tendo como base alguns colégios já existentes na rede. Estes colégios, por sua vez, também foram beneficiados com os investimentos e financiamentos descritos anteriormente, a partir de convênios, parcerias e implementação de programas e políticas educacionais.

Dessa forma, como já foi dito, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio se organizou em duas instâncias a partir do financiamento recebido: expandir e recuperar unidades escolas já existentes na rede, a fim de promover melhoramentos em seus padrões arquitetônicos, ampliando assim a qualidade do ensino, e construir unidades novas inspiradas em colégios de médio e grande porte.

O colégio Odorico Tavares compôs o grupo de escolas contempladas com obras de ampliação e melhoria, no ponto que correspondia ao ideal de instituição de referência que se pretendia implementar na época. Nas pesquisas em documentos, relatórios e publicações em diários oficiais, foi possível realizar um breve levantamento das obras e pequenas reformas realizadas na instituição em seus 25 anos de atividade.

**Quadro 1 - Obras e reformas realizadas no Colégio Odorico Tavares**

<b>Restaurações</b>	<b>Ano</b>	<b>Presente em</b>
Construção de unidades escolares no Estado	1994	Tabela 1 - Relatório de Atividades 1994
Recuperação parcial de unidades escolares	1995	Anexo IV - Relatório de Atividades 1995

Recuperação total de Unidades Escolares através do Projeto SOS – Capital	1996	Anexo III A - Relatório de Atividades 1996
Obra concluída de recuperação parcial de unidades escolares	1997	Anexo XIII - Bahia no caminho certo para o futuro: Relatório de Atividades 1955-1997
Obra em andamento de recuperação parcial de unidades escolares	1997	Anexo XIV - Bahia no caminho certo para o futuro: Relatório de Atividades 1955-1997
Obra concluída de recuperação parcial de unidades escolares	1998	Anexo X - Relatório de Atividades 1998
Recuperação parcial com obras concluídas	1999	Anexo VIII - Relatório de Atividades 1999
Reforma da substituição da cobertura de 390 metros quadrados, impermeabilização, pintura, rede elétrica e hidrossanitária (Obras em andamento de recuperação parcial de unidades escolares)	2000	Anexo IX - Relatório de Atividades 2000
Não especificada o tipo de reforma	2009	Relatório de Vistoria 2009
Solicitação de documento para reforma	2011	Ofício CCP 4423-2011
Solicitação de documento para reforma	2014	Ofício Circular CCP 048-2014
Solicitação de documento para reforma	2015	Ofício Circular CCP 003-2015).

Elaboração própria a partir de Relatórios de Atividade do Governo e site oficial da SEC

Outros relatórios de atividades da SEC de outros períodos descreviam obras em quadros de anexos, porém não apresentaram esses dados por escolas, apenas com informações totais de escolas contempladas e valor do investimento realizado. Sabe-se que as primeiras obras realizadas, inclusive em proximidade com sua inauguração dizem respeito a implementação de reformas a fim de complementar a caracterização do colégio enquanto um colégio referência, principalmente no que diz respeito aos espaços de laboratórios, quadras, anfiteatro, biblioteca e equipamentos nas salas de aula e demais dependências do colégio.

### 3.2 Aspectos quanto ao acesso

A respeito do espaço físico do colégio em questão, ele é considerado de porte especial, composto por 57 cômodos divididos em 7 pavimentos, como descrito no documento do Relatório de Vistoria do imóvel de 2009. Um aporte correspondente ao bairro em que pertencia. Referente a isso, Elisabeth Silva (2010), esmiuça que a instituição de ensino contava com:



[...] trinta salas de aula, duas de coordenação pedagógica, três para professores, uma de direção geral, uma da vice-direção, uma para reuniões, uma para a secretaria, espaço para fotocópias e espaço de arquivo morto. Além disso, completa essa estrutura física, trinta sanitários, quatro laboratórios, almoxarifado, depósito, biblioteca, gabinete odontológico, cantina, cozinha, teatro de arena, duas quadras poliesportivas (uma coberta com arquibancada, outra descoberta) e duas portarias. (p. 24-25)

O acesso pelos estudantes a complexa estrutura do Colégio Odorico Tavares se dava a partir da matrícula por sorteio eletrônico em seus primeiros anos, pois em decorrência da sua localização e estrutura física, havia uma demanda maior do que a oferta de vagas. Dessa forma, o corpo discente dos colégios mais procurados da rede era escolhido através de sorteio eletrônico, “construindo-se assim uma espécie de “seleto grupo de escolas cotadas” na rede pública de ensino da Bahia” (SILVA, 2010, p. 26), juntamente com os seguintes colégios: Modelo Luís Eduardo Magalhães, Manoel Novaes, Colégio Estadual da Bahia (Central), Duque de Caxias, Teixeira de Freitas, Raphael Serravalle e Thales de Azevedo (BAHIA, 1998).

O sistema de sorteio eletrônico para matrícula nas escolas mais almeçadas da rede aparece pelo menos até o ano de 2002 em Diários Oficiais (BAHIA, 2002). Matrículas para as demais escolas eram realizadas pelo Sistema Informatizado de Matrícula da Rede Pública – SIMAR, que garantia uma matrícula ágil e eficiente, na escola mais próxima da residência dos estudantes, além da inclusão da rematrícula automática para alunos no ano anterior (BAHIA, 1998; 1999). Após isso, é possível observar a adoção de sistema de matrícula informatizado, conectado ao Banco de Dados dos Alunos, junto à realização do reordenamento da rede, cujo objetivo foi garantir o atendimento à demanda excedente (BAHIA, 2004).

A condição complexa da estrutura física do colégio Odorico Tavares, chamava atenção da população pelo compromisso com a qualidade da educação e valorização do servidor público, diante de uma instituição construída para abrigar os melhores profissionais do quadro e receber os alunos mais destacados da rede (SILVA, A., 2007), muitas vezes vindos de escolas privadas. Entretanto, o público do colégio se diversificou durante seu período de funcionamento, compondo-se de estudantes de escolas particulares, porém majoritariamente de estudantes oriundos da periferia e subúrbios da cidade. Quanto a isso, Elisabeth Silva (2010) diz que:

[...] a sede escolar não foi excluída da crise que todas as demais escolas públicas estão passando. A crise afetou os recursos financeiros, professores, alunos, a motivação. Número considerável de estudantes que outrora saíam de seus bairros e adentravam o Corredor da Vitória, atualmente estudam em seu próprio local de moradia. A justificativa dessa mudança tem sido a despesa com transporte. Para muitos, essa se tornou uma solução óbvia, pois implicou na redução das despesas e de vigor físico à medida em que o deslocamento ocasiona dispêndio de energia [...] e gastos no orçamento doméstico. Não sem consequência, esse fenômeno vem acontecendo, condicionando esses estudantes a enxergar a realidade em que se vive apenas de uma única perspectiva, a do seu local de moradia. Não é levado em conta que estudar em outro bairro significa também um aprendizado, conhecer outros lugares, outras pessoas, outras arquiteturas, outros saberes que são fundamentais para perceber o mundo e suas contradições. (p. 27)

Acerca do direito ao pertencimento a cidade, da livre circulação e da possibilidade de compreender sobre o mundo, sobre a história, memória e sobre a si mesmo ao transitar pelos inúmeros espaços da cidade, Lefebvre (1968) diz que, o espaço e o cotidiano dizem respeito a “[...] produção de relações sociais e reproduções de determinadas relações [...] aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade, etc.” (p. 48-49).

O autor citado anteriormente compreende e considera o espaço como um processo conectado a fatores econômicos, políticos e sociais, considerando-o como um espaço político para o desenvolvimento e enfrentamento de estratégias diante das demandas do cotidiano. Tocante a isso, diz que:

O espaço não é um objeto científico descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico. Se esse espaço tem um aspecto neutro, indiferente em relação ao conteúdo, portanto ‘puramente’ formal, abstrato de uma abstração racional, é precisamente porque ele já está ocupado, ordenado, já objeto de estratégias antigas, das quais nem sempre encontram vestígios. O espaço foi formado, modelado, a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente. O espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada de ideologia. Existe uma ideologia do espaço. Por que? Porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez em sua objetividade, na sua forma pura, tal como constatamos, é produto social [...]. (LEFEBVRE, 2008, p. 61-62)

A partir dessas considerações sobre o espaço e o cotidiano, relacionando com a compreensão de que a cidade é modificada constantemente pelas relações estabelecidas, influenciadas pelas transformações da organização corporativa, da vida urbana, da industrialização, da divisão social do trabalho, das crises e rupturas que fazem parte das dinâmicas sociopolíticas e econômicas, retomemos a análise das palavras de Silva (2010) quando pontua que “ não é levado em conta que

estudar em outro bairro significa também um aprendizado, conhecer outros lugares, outras pessoas, outras arquiteturas, outros saberes que são fundamentais para perceber o mundo e suas contradições” (p. 27).

O público que compunha o Odorico e outras escolas ditas modelo, referência e padrão a ser seguido, além do acesso às oportunidades oferecidas naquele espaço educativo, quanto ao seu padrão físico e pedagógico, também vivenciavam a possibilidade de conhecer o mundo e atribuir sentido a ele, a partir do acesso a rua, aos museus, monumentos, cafés, praias, praças, entre outros espaços.

### **3.3 Perspectivas quanto ao campo Pedagógico**

Até aqui, foi possível observar que o Colégios Odorico Tavares e os colégios referência foram amplamente divulgados acerca do compromisso com a qualidade da educação e valorização do servidor público. A partir disso, buscou-se referências que pudessem demonstrar quais projetos e programas de cunho pedagógico foram desenvolvidos no colégio Odorico Tavares.

Como dito anteriormente, algumas ações pedagógicas foram realizadas na década de 1990 pelos governos da época, entretanto, acabaram ficando restritas a alguns colégios como iniciativas experimentais, não sendo descrito em quais colégios foram destinadas as iniciativas e se o Odorico fora contemplado com alguma delas.

Uma síntese da literatura contendo uma busca na barra de pesquisas da plataforma *Google Acadêmico* a partir do descritor “Colégio Odorico Tavares” revelou 28 trabalhos. Deste universo, foram observados trabalhos de caráter qualitativo, realizados apenas no Odorico Tavares e trabalhos quantitativos realizados no CEOT e em outros colégios estaduais. Foram encontrados trabalhos qualitativos, realizados por professores e estudantes de licenciaturas, das mais várias áreas de diálogo como Teatro e Arte-educação, Química e Saúde, Didática e Ludicidade, Literatura, Educação física, Zoologia, Formação de professores e Matemática e Cibercultura.

Chamou atenção uma quantidade relevante de publicações referente a trabalhos realizados por estudantes bolsistas e voluntários do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), evidenciando a presença do PIBID no Colégio Odorico Tavares, pelo menos entre os anos de 2010 a 2016.

O PIBID é um programa criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, através da Portaria Normativa nº 122 em 2009 (BRASIL, 2009) e tem por objetivo contribuir para a melhoria da formação de professores, incentivando e qualificando estudantes de licenciaturas. Ao ingressar no programa, os/as licenciandos/as se ambientam com o espaço escolar através da dedicação ao estágio em escolas públicas municipais e estaduais. As instituições de ensino são selecionadas pelo coordenador do programa de cada licenciatura, que desenvolve os projetos de iniciação à docência, por meio de “[...]convênio ou acordo de cooperação com as redes de educação básica pública dos municípios e dos estados [...]” (BRASIL, Ministério da Educação).

Compreendemos a relevância dessa menção uma vez que, registrar que a presença do PIBID enriquece a trajetória do Colégio Estadual Odorico Tavares na medida em que o programa supracitado se compromete com a melhoria da qualidade da educação pública e com a formação de professores, por ser “[...] propiciador de saberes e práticas voltadas para reflexão-ação-reflexão que tem como objetivo principal o aluno e sua aprendizagem.” (BARROS; MACEDO, 2013, p. 10).

Além disso, também foram encontradas publicações de professoras do colégio, relatando o desenvolvimento de seus projetos pedagógicos com os alunos da instituição, evidenciando o CEOT como locus da construção de projetos de pesquisa, relatos de experiência e análises de projetos pedagógicos.

## **Quadro 2 - Publicações acadêmicas de professoras do Colégio Odorico**

Tavares

01	SILVA, Elisabeth. Um caminho para a África são as sementes: histórias sobre o corpo e os jogos africanos Mancala na aprendizagem da educação das relações étnico-raciais. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.
02	SILVA, Ivete. Cibercultura, ludicidade e educação: uma análise da eficácia do uso das redes sociais e jogos na aprendizagem de matemática dos alunos do 1º ano do Ensino Médio no Colégio Estadual Odorico Tavares. Cairu em Revista. Salvador, Ano 06, nº 09, p. 154-162, ISSN 22377719. Jan/fev 2017.
03	SILVA, Elisabeth. Desafios para o ensino da cultura e história da África: experiências com jogos africanos em escolas públicas. Revista do PPGCS UFRB Novos Olhares Sociais. Salvador, Vol. 1 – n.1 p.186-212. 2018.
04	SILVA, Elisabeth. Jogos e corpos na educação das relações étnico raciais: os jogos africanos no ensino regular e de tempo integral em escola pública

	Bahia/Brasil. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.
05	SILVA, Ana Lucia. Do ensinar e do aprender teatro na sala de aula: criando e improvisando no Colégio Estadual Odorico Tavares. Florianópolis: UDESC, 2016.

Elaboração própria

Ademais, com a aproximação do universo das 28 publicações, não foi possível identificar em todas elas quais as motivações para a escolha da realização das pesquisas no CEOT. Entretanto, há pistas de que a instituição tenha sido uma opção para realização empírica de pesquisas por razões como: a justificada presença de convênios e parcerias da universidade com a escola, a localização na região central da cidade e a possibilidade de os docentes do colégio desenvolverem seus projetos na unidade ao mesmo tempo em que estão na academia em processo de desenvolvimento da formação continuada e pós-graduação.

A presença de publicações da comunidade acadêmica das áreas do conhecimento e demais áreas, tendo como lócus de pesquisa o Odorico Tavares evidencia a relevância da instituição de ensino para a sociedade baiana, uma vez que contribuía para a produção de conhecimento tanto ao formar estudantes, quanto ao abrir suas portas para receber pesquisadores das universidades, assumindo assim um importante papel na contribuição da aproximação entre comunidade e universidade.

Relacionado a aproximação entre educação básica e universidade, Vasconcelos (1996) ressalta a proposta do funcionamento da universidade baseado no desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Por esse motivo, estabelecer relação com o ambiente escolar além de viabilizar o aprimoramento da formação docente, também assegura a interação de sua comunidade com os contextos sociais da realidade em que vivenciam (ALMEIDA, 2018).

Dessa forma, a produção de conhecimento resultante das relações estabelecidas entre educação básica e universidade se apresenta enquanto uma grande possibilidade de ampliação da relação entre ensino superior e sociedade ao ponto que direciona o olhar para os interesses e necessidades da população a fim de contribuir para a superação das desigualdades sociais existentes.

Dando continuidade a investigação acerca dos programas e projetos existentes no interior do CEOT, foi possível localizar no site da Secretaria de Educação do Estado a presença do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e

do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pelo menos a partir do ano de 2010.

**Quadro 3 - Programas que existiam no interior do CEOT**

Programas	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PDDE/Mais Educação/ Tempo Integral		X	X	X						
PDDE/Estrutura	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
PDDE/Qualidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
PNAE/Mais Educação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
PNAE/Regular e EJA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
PDDE/Caixa escolar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
PNAE/UEX ou Caixa Escolar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
FAED/Manutenção	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Elaboração própria a partir do site oficial da Secretaria de Educação do Estado da Bahia

É relevante ressaltar que o site oficial disponibiliza informações a partir do ano de 2010, não podendo ser afirmada ou negada a presença dos programas anteriores a essa data.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi criado em 1995 e é gerido pela autarquia do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualmente regido pela Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021. O programa consiste no repasse anual de recursos financeiros a fim de contribuir para o provimento de necessidades prioritárias dos estabelecimentos e garantir seu pleno funcionamento, para a promoção de melhorias na infraestrutura física e pedagógica, além do incentivo à participação da comunidade no controle social (BRASIL, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Ações integradas compõem o funcionamento do PDDE e se dividem no repasse de recursos em três contas: PDDE Básico, PDDE Estrutura e PDDE

Qualidade. O PDDE Estrutura conta com programas relacionados a sala de recursos multifuncionais, acessibilidade nas escolas, além de água e esgotamento sanitário, desenvolvidos também em escolas rurais: campo, indígenas e quilombolas. O PDDE Qualidade conta com programas de inovação científica, apoio ao projeto de alfabetização Tempo de Aprender, ligados à primeira infância, ao novo ensino médio e conexão educação e família. Para mais, a denominação Caixa Escolar diz respeito à organização da sociedade civil que representa cada unidade escolar integrada pelos membros da comunidade, geralmente chamada de conselho ou colegiado escolar (BRASIL, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o programa que oferece alimentação escolar a todas as etapas da educação básica. De acordo com a quantidade de matrículas de cada instituição são repassados recursos em 10 parcelas por ano, para 200 dias letivos de acordo com a etapa e modalidade de ensino. Por este motivo, está associado a outros programas presentes no interior do colégio, como o Mais Educação, uma alternativa do Ministério da Educação (MEC) para o melhoramento da educação a partir da ampliação da jornada escolar dos estudantes e implementação da Educação em Tempo Integral no país (BRASIL, Ministério da Educação).

Ademais, o Fundo de Assistência Educacional (FAED) é um fundo de natureza contábil, cuja finalidade é contribuir para a manutenção, organização e pleno funcionamento das unidades escolares possibilitando o gerenciamento de recursos e atendimento às prioridades pela própria comunidade escolar a partir da descentralização de recursos públicos (BAHIA, Governo Federal).

A opção pela apresentação do quadro 3 na presente seção se dá pelo entendimento de que tanto o PDDE quanto o PNAE estão diretamente associados à questão educacional, uma vez que, ambos ressaltam e contribuem para propostas de melhoria pedagógica, apoiando o desenvolvimento dos estudantes.

Também foi possível localizar no site do Governo Federal a partir da busca com o descritivo “Colégio Odorico Tavares” reportagens a respeito de ações e atividades pedagógicas mais específicas realizadas entre os anos 2007 a 2014.

#### **Quadro 4 - Reportagens de ações pedagógicas localizadas em site do Governo Federal**

<b>Ano</b>	<b>Reportagem</b>	<b>Link de acesso</b>
2007	Sudesb reinicia jogos escolares na Bahia 2007	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2007/09/noticias/esportes/sudesb-reinicia-os-jogos-escolares-da-bahia-2007/">https://www.bahia.ba.gov.br/2007/09/noticias/esportes/sudesb-reinicia-os-jogos-escolares-da-bahia-2007/</a>
2007	Jogos escolares 2007 integram alunos e professores da rede de ensino pública e privada	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2007/09/noticias/governo/jogos-escolares-2007-integram-alunos-e-professores-da-rede-de-ensino-publica-e-privada/">https://www.bahia.ba.gov.br/2007/09/noticias/governo/jogos-escolares-2007-integram-alunos-e-professores-da-rede-de-ensino-publica-e-privada/</a>
2007	Jogos escolares da Bahia começaram com 31 partidas	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2007/09/noticias/governo/jogos-escolares-da-bahia-2007-comecaram-com-31-partidas/">https://www.bahia.ba.gov.br/2007/09/noticias/governo/jogos-escolares-da-bahia-2007-comecaram-com-31-partidas/</a>
2007	Sessenta e quatro partidas movimentam a 2ª rodada dos jogos escolares da Bahia	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2007/09/noticias/governo/sessenta-e-quatro-partidas-movimentam-a-2a-rodada-dos-jogos-escolares-da-bahia/">https://www.bahia.ba.gov.br/2007/09/noticias/governo/sessenta-e-quatro-partidas-movimentam-a-2a-rodada-dos-jogos-escolares-da-bahia/</a>
2007	Direito humano à alimentação será tema de mesa redonda no Odorico Tavares	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2007/10/noticias/saude/direito-humano-a-alimentacao-sera-tema-de-mesa-redonda-no-odorico-tavares/">https://www.bahia.ba.gov.br/2007/10/noticias/saude/direito-humano-a-alimentacao-sera-tema-de-mesa-redonda-no-odorico-tavares/</a>
2007	Estado disponibiliza serviços de saúde no Dia Mundial da Alimentação	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2007/10/noticias/saude/estado-disponibiliza-servicos-de-saude-no-dia-mundial-da-alimentacao/">https://www.bahia.ba.gov.br/2007/10/noticias/saude/estado-disponibiliza-servicos-de-saude-no-dia-mundial-da-alimentacao/</a>
2007	Iniciada a capacitação de jovens para o mercado de trabalho na área de informática	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2007/10/noticias/educacao/iniciada-a-capitacao-de-jovens-para-o-mercado-de-trabalho-na-area-d-e-informatica/">https://www.bahia.ba.gov.br/2007/10/noticias/educacao/iniciada-a-capitacao-de-jovens-para-o-mercado-de-trabalho-na-area-d-e-informatica/</a>
2008	Governo prepara jovens para mercado de tecnologia da informação	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2007/10/noticias/educacao/iniciada-a-capitacao-de-jovens-para-o-mercado-de-trabalho-na-area-d-e-informatica/">https://www.bahia.ba.gov.br/2007/10/noticias/educacao/iniciada-a-capitacao-de-jovens-para-o-mercado-de-trabalho-na-area-d-e-informatica/</a>
2008	Curso capacita jovens da rede pública em informática	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2008/05/noticias/educacao/curso-capacita-jovens-da-rede-publica-em-informatica/">https://www.bahia.ba.gov.br/2008/05/noticias/educacao/curso-capacita-jovens-da-rede-publica-em-informatica/</a>
2008	Curso de formação em TI inscreve na Web até 1 de agosto	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2008/07/noticias/educacao/curso-de-formacao-em-ti-inscreve-na-web-ate-1o-de-agosto/">https://www.bahia.ba.gov.br/2008/07/noticias/educacao/curso-de-formacao-em-ti-inscreve-na-web-ate-1o-de-agosto/</a>
2008	Começa a semifinal das seletivas para a olimpíada escolar	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2008/10/noticias/esportes/comeca-semifinal-das-seletivas-para-a-olimpiada-escolar/">https://www.bahia.ba.gov.br/2008/10/noticias/esportes/comeca-semifinal-das-seletivas-para-a-olimpiada-escolar/</a>
2008	Selecionada equipe de natação que vai a olimpíada nacional escolar	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2008/10/noticias/esportes/selecionada-equipe-de-natacao-que-vai-a-olimpiada-nacional-escolar/">https://www.bahia.ba.gov.br/2008/10/noticias/esportes/selecionada-equipe-de-natacao-que-vai-a-olimpiada-nacional-escolar/</a>
2008	Semana nacional C&T prossegue com programação no Zoo	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2008/10/noticias/tecnologia/semana-nacional-de-ct-prosssegue-com-programacao-no-zoo/">https://www.bahia.ba.gov.br/2008/10/noticias/tecnologia/semana-nacional-de-ct-prosssegue-com-programacao-no-zoo/</a>



2008	Governo sela parceria com UNE e garante a 6ª bienal em Salvador	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2008/12/noticias/cultura/governo-sela-parceria-com-une-e-garante-6a-bienal-em-salvador/">https://www.bahia.ba.gov.br/2008/12/noticias/cultura/governo-sela-parceria-com-une-e-garante-6a-bienal-em-salvador/</a>
2008	Bahia forma 82 estudantes de ensino médio da rede pública na área de TI	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2008/12/noticias/governo/bahia-forma-82-estudantes-de-ensino-medio-da-rede-publica-na-area-de-ti/">https://www.bahia.ba.gov.br/2008/12/noticias/governo/bahia-forma-82-estudantes-de-ensino-medio-da-rede-publica-na-area-de-ti/</a>
2009	Parceria oferece bolsas de inglês para 87 estudantes da rede pública	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2009/04/noticias/educacao/parceria-oferece-bolsas-de-ingles-para-87-estudantes-da-rede-publica/">https://www.bahia.ba.gov.br/2009/04/noticias/educacao/parceria-oferece-bolsas-de-ingles-para-87-estudantes-da-rede-publica/</a>
2009	Novas seletivas dos jogos escolares acontecem nesse fim de semana	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2009/08/noticias/esportes/novas-seletivas-dos-jogos-escolares-acontecem-neste-fim-de-semana/">https://www.bahia.ba.gov.br/2009/08/noticias/esportes/novas-seletivas-dos-jogos-escolares-acontecem-neste-fim-de-semana/</a>
2011	Bloco escola aberta marca presença no carnaval de Salvador	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2011/02/noticias/educacao/bloco-escola-aberta-marca-presenca-no-carnaval-de-salvador/">https://www.bahia.ba.gov.br/2011/02/noticias/educacao/bloco-escola-aberta-marca-presenca-no-carnaval-de-salvador/</a>
2011	Detran orienta estudantes das escolas públicas sobre o trânsito	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2011/05/noticias/educacao/detran-orienta-estudantes-das-escolas-publicas-sobre-transito/">https://www.bahia.ba.gov.br/2011/05/noticias/educacao/detran-orienta-estudantes-das-escolas-publicas-sobre-transito/</a>
2011	Alunos da rede estadual selecionados para projeto Jovens Embaixadores nos EUA	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2011/11/noticias/educacao/alunos-da-rede-estadual-selecionados-para-projeto-jovens-embaixadores-nos-eua/">https://www.bahia.ba.gov.br/2011/11/noticias/educacao/alunos-da-rede-estadual-selecionados-para-projeto-jovens-embaixadores-nos-eua/</a>
2012	Estudantes baianos participam do Jovens Embaixadores de 2012	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2012/01/noticias/educacao/estudantes-baianos-participam-do-jovens-embaixadores-2012/">https://www.bahia.ba.gov.br/2012/01/noticias/educacao/estudantes-baianos-participam-do-jovens-embaixadores-2012/</a>
2013	Obras de alunos do colégio Odorico Tavares são expostas na UFBA	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2013/03/noticias/educacao/obras-de-alunos-do-colegio-odorico-tavares-sao-expostas-na-ufba/">https://www.bahia.ba.gov.br/2013/03/noticias/educacao/obras-de-alunos-do-colegio-odorico-tavares-sao-expostas-na-ufba/</a>
2013	Projetos Científicos de escolas estaduais são reconhecidos nacionalmente	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2013/03/noticias/educacao/projetos-cientificos-de-escolas-estaduais-sao-reconhecidos-nacionalmente/">https://www.bahia.ba.gov.br/2013/03/noticias/educacao/projetos-cientificos-de-escolas-estaduais-sao-reconhecidos-nacionalmente/</a>
2013	Projeto interdisciplinar apresenta detalhes do NE no colégio Odorico Tavares	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2013/10/noticias/educacao/projeto-interdisciplinar-apresenta-detalhes-do-ne-no-colegio-odorico-tavares/">https://www.bahia.ba.gov.br/2013/10/noticias/educacao/projeto-interdisciplinar-apresenta-detalhes-do-ne-no-colegio-odorico-tavares/</a>
2014	Alunas da rede estadual são selecionadas para o programa Jovens Embaixadores	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2014/11/noticias/educacao/alunas-da-rede-estadual-sao-selecionadas-para-o-programa-jovens-embaixadores/">https://www.bahia.ba.gov.br/2014/11/noticias/educacao/alunas-da-rede-estadual-sao-selecionadas-para-o-programa-jovens-embaixadores/</a>
2014	Alunos do Colégio Estadual Odorico Tavares promovem festival sobre a África	<a href="https://www.bahia.ba.gov.br/2014/12/noticias/educacao/alunos-do-colegio-estadual-odorico-tavares-promovem-festival-sobre-a-africa/">https://www.bahia.ba.gov.br/2014/12/noticias/educacao/alunos-do-colegio-estadual-odorico-tavares-promovem-festival-sobre-a-africa/</a>

Elaboração própria a partir do site do Governo Federal da Bahia

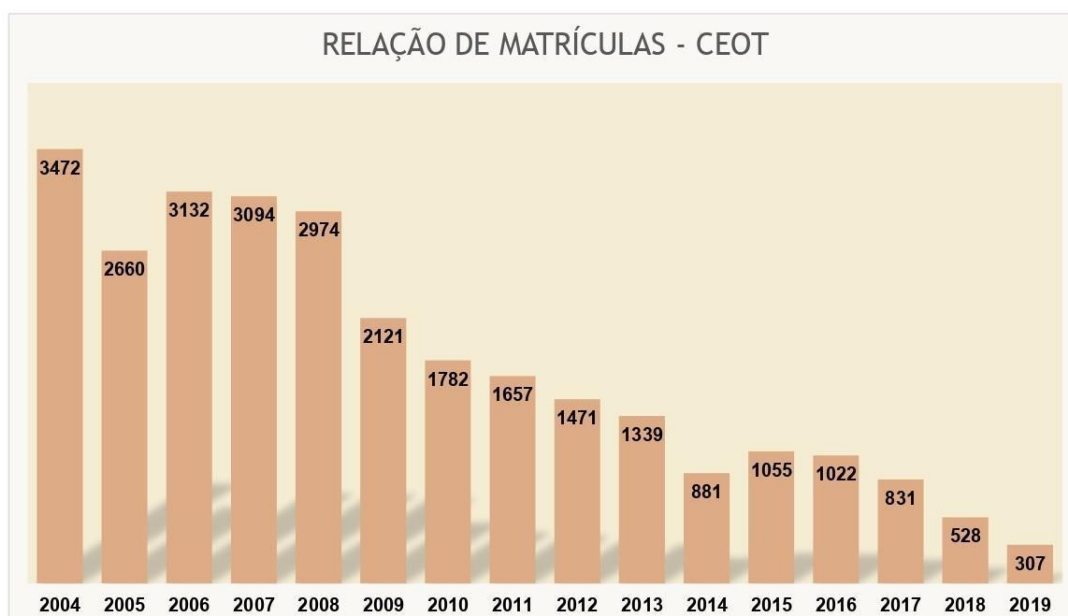
A aproximação com as reportagens encontradas em site do Governo Federal evidenciou a participação do colégio e/ou de alunos da sua comunidade discente em ações pedagógicas e processos formativos realizados no interior do colégio e fora dele a respeito de diversas temáticas pertencentes a áreas do conhecimento, como linguagens (educação física, artes, inglês), ciências sociais (história, sociologia), iniciação científica (ciências, robótica) e ciências da tecnologia (informática).

A partir do exposto, é considerável a participação do CEOT no processo de construção de conhecimento dentro e fora dos muros da instituição, para diversos tipos de atores sociais presentes em seu cotidiano como os discentes da unidade, os docentes da casa e outros profissionais em formação (licenciatura ou bacharelado, formação inicial ou continuada, graduação ou pós graduação), a partir dos convênios e acordos realizados entre o colégio e a universidade.

### 3.4 Realidade de Matrículas

Diante do exposto até aqui, consideramos que a unidade escolar com capacidade para abrigar cerca de 4 mil alunos funcionou plenamente nos turnos matutino, vespertino e noturno apenas até o ano de 2009, onde até então possuía 15 anos de funcionamento. Em 2013, não são mais ofertadas vagas para o turno vespertino e o número de matrículas vai caindo drasticamente durante os anos, até o encerramento total das atividades do colégio em 2019.

**Gráfico 1 - Relação de matrícula CEOT (2004-2019)**



Elaboração própria a partir de site oficial da SEC

Os dados apresentados acima foram obtidos através do site de consulta pública, Sistema Escolar, disponibilizado pela Secretaria Estadual de Educação (SEC). A responsabilidade das informações de dados de alunos e números de matrículas são da SUPAV/CAI-CIE – Coordenação de Informação Educacional – Banco Aluno até o ano de 2009, e do Sistema de Gestão Escolar (SGE) a partir de 2010. Importante registrar que as informações públicas disponíveis referente aos dados de matrícula só apresentam dados a partir do ano de 2004.

A alta procura por matrículas na instituição em seus primeiros anos de funcionamento e o pleno funcionamento dos seus três turnos, constatados em publicações nos Diários Oficiais e nas pesquisas realizadas, nos faz acreditar que os dados anteriores a 2004, seguem a margem de 3 a 4 mil alunos matriculados por ano, principalmente por considerar o sorteio eletrônico.

A diminuição de matrículas, como observado no gráfico anterior, sofre um impacto no ano de 2005, tenta se recuperar nos próximos anos, mas volta a decair em 2009, último ano em que foi ofertado o turno noturno. A partir de 2010 os números das matrículas caem drasticamente e não conseguem se recuperar em período algum, perpassando pelo encerramento do turno vespertino em 2013, até a unidade escolar encerrar totalmente suas atividades no final do ano de 2019, com apenas 307 alunos matriculados.

Somados a essa realidade, foi possível identificar no acervo documental da instituição, disponibilizado pela Secretaria de Educação, o Ofício da SAEB, Sistema de Avaliação da Educação Básica, de número 3724-2009, cujo conteúdo era a solicitação de compartilhamento da área de 1.800,00m<sup>2</sup> do colégio Odorico Tavares com a Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (SUDESB), localizada na região da Fonte Nova, que em 2009 se encontrava em reforma. Outro documento, o Despacho da Superintendência de Comunicação (SUPEC), de 2010, informa que a comunidade escolar é desfavorável ao compartilhamento dos espaços da instituição, em decorrência do funcionamento da oferta de ensino médio regular e do Tempo de Aprender, Programa de Alfabetização do Ministério da Educação.

Entretanto, a pesquisa bibliográfica evidencia que o colégio passou por processos de sublocação de seus espaços, descritas em dois materiais. Silva (2018), evidencia que:

Ao longo do período narrado neste trabalho, a escola passou por vários momentos, com intervenções e ocupações em seus espaços, restringindo a circulação na área física. Atualmente, a referida escola encontra-se com vários espaços interditados por falta de manutenção na sua estrutura física e outros sublocados com projetos de empresa privada, absorvendo estudantes em situação de vulnerabilidade (denominação dada pelo projeto que tem parceria entre o Ministério Público da Bahia e o Serviço Social da Indústria da Bahia – SESI). Outras áreas, anteriormente utilizadas pelos estudantes, são cedidas a órgãos/departamentos ligados à Secretaria de Educação (SEC), onde ficam guardados documentos. (p. 241)

Em complemento, Gonçalves (2019) pontua que, no ano de 2018, quando chegou ao Odorico Tavares para desenvolver sua pesquisa, se deparou com a situação de que o segundo subsolo e parte do quarto (andar?) estaria ocupado pelo Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA), localizado no Barbalho, para a realização de suas atividades de curso técnico e EJA, uma vez que, o instituto passava por reformas em sua estrutura física, impossibilitando seu funcionamento.

Tanto Silva (2018) quanto Gonçalves (2019) relatam situações onde o espaço físico do colégio foi ambicionado e de fato teve sua estrutura compartilhada com departamentos de órgãos públicos e privados, e até mesmo com outra instituição escolar.

Outro aspecto relevante a ser mencionado, se refere á tentativa de implementação do Tempo Integral no colégio, pela Secretaria de Educação, sob alternativa de preenchimento das vagas de matrículas extenuadas ano após ano. Segundo, Gonçalves (2019), no final de 2016 a SEC entrou em contato com a comunidade do CEOT a fim de dialogar a respeito de uma proposta de implementação do Tempo Integral de forma gradual na unidade escolar. Ele afirma em seu trabalho que a comunidade foi desfavorável a essa investida da Secretaria, entretanto, mesmo diante da recusa e insatisfação de alunos, professores e servidores da instituição, a tentativa de implementação do Tempo Integral foi iniciada no ano de 2017, tendo o 1º ano do ensino médio ofertado apenas de forma integral, seguido de 2018, onde a oferta se estendeu ao 2º ano. Referente a isso, Gonçalves (2019) afirma que:

[...] com a inserção do tempo integral, passando a englobar as turmas de 1.º e 2.º anos, houve uma redução considerável no número de estudantes da escola. Atualmente, são apenas três turmas do 1.º ano, quatro turmas de 2.º ano e nove turmas de 3.º ano, totalizando 529 estudantes matriculados no turno matutino. Em 2018, as turmas de 3º ano não foram inseridas na

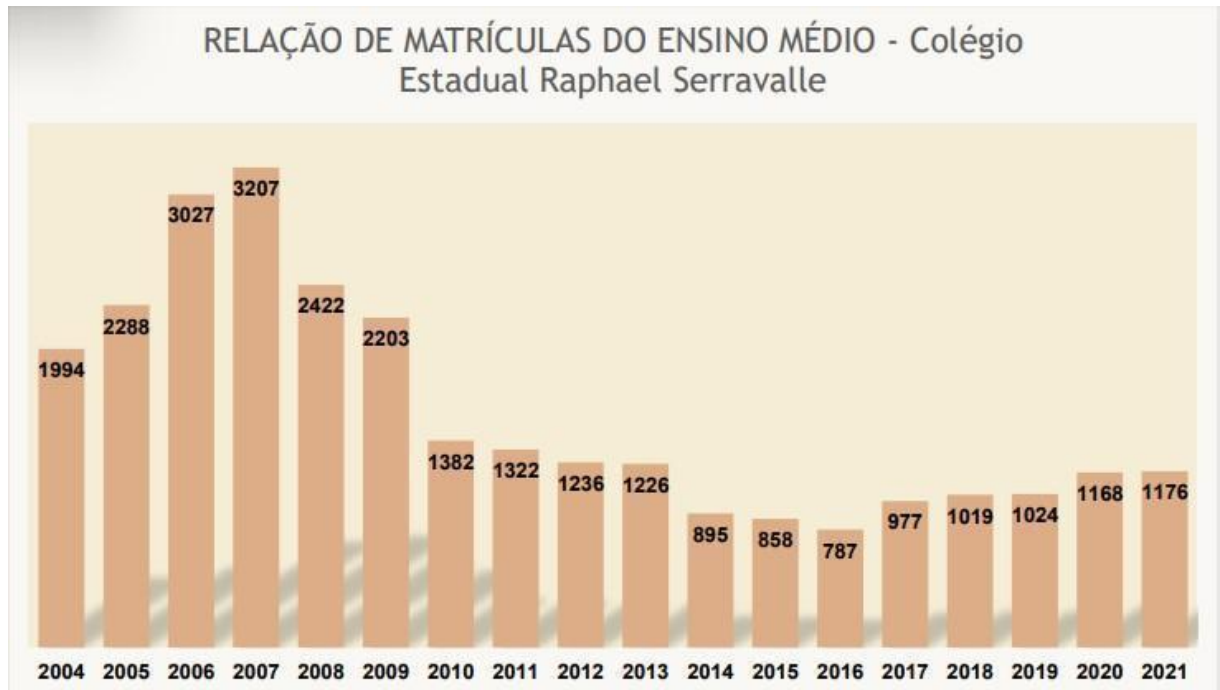
dinâmica do tempo integral, tornando o térreo um espaço esvaziado e sem atividades no turno da tarde. (p. 57)

A forma como os números de matriculados decaem durante os anos levantaram muitos questionamentos acerca de quais fatores se definiram como propulsores e/ou colaboradores para essa realidade. A partir da investigação realizada sobre a história e trajetória do colégio, tivemos acesso aos períodos de fechamento de seus turnos e aos momentos finais onde houve a tentativa de implementação do Tempo Integral, no ano de 2017, entretanto, informações que possam explicar o que de fato corrobora com essa situação não foi possível obter através das pesquisas.

Devido a essa lacuna de informações, é um desafio construir hipóteses sólidas quanto ao que ocorreu que possa justificar o processo de decréscimo das matrículas em um colégio dito, vendido e inaugurado com a proposta de uma instituição modelo para a educação do estado e do país. Consideremos também que, o Colégio Odorico Tavares fecha suas portas sendo ainda muito jovem para a média de colégios desse porte, apenas com 25 anos.

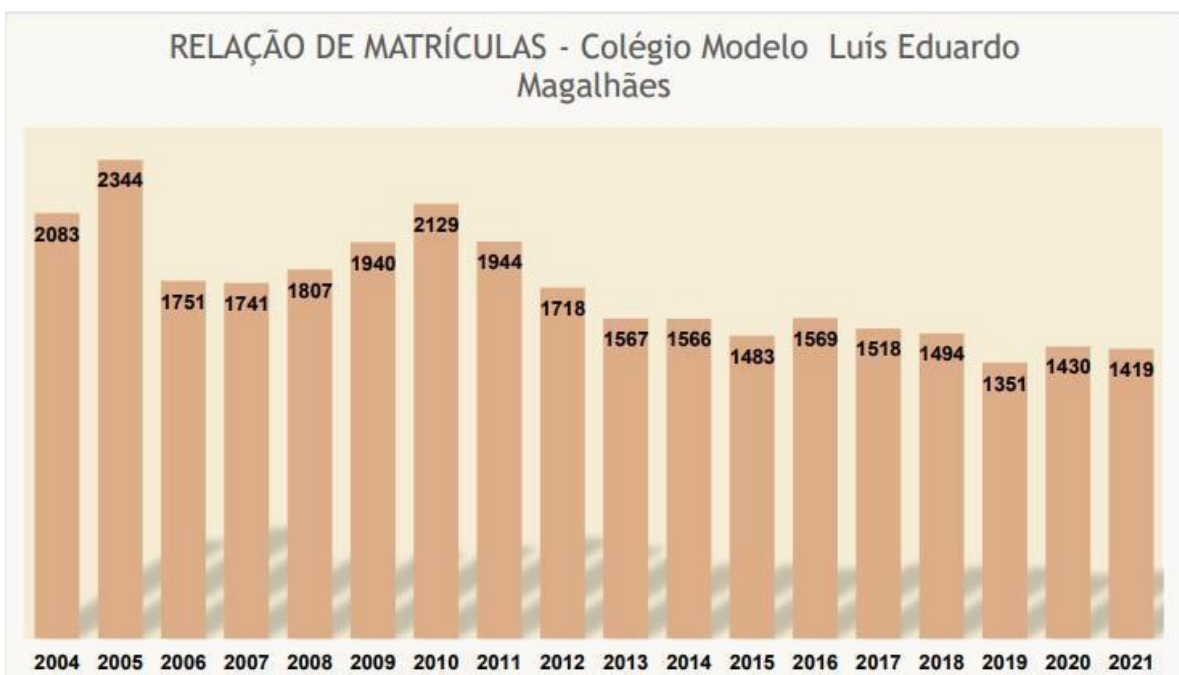
Ainda no site de consulta pública da Secretaria de Educação é possível observar a situação das matrículas de outros colégios considerados referência na cidade de Salvador, mencionados anteriormente. Em linhas gerais, colégios com capacidade de atender de 3 a 4 mil alunos, seguem com números de matrículas entre 1 a 2 mil. Vejamos a seguir gráficos em formato de tabela de outros colégios da rede, por vezes mencionados em fontes recolhidas na pesquisa, como instituição referência, modelo ou padrão: Colégio Estadual Raphael Serravalle, Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães e Colégio Estadual Thales de Azevedo.

**Gráfico 2 - Relação de matrículas do Ensino Médio - Colégio Estadual Raphael Serravalle (2004-2021)**



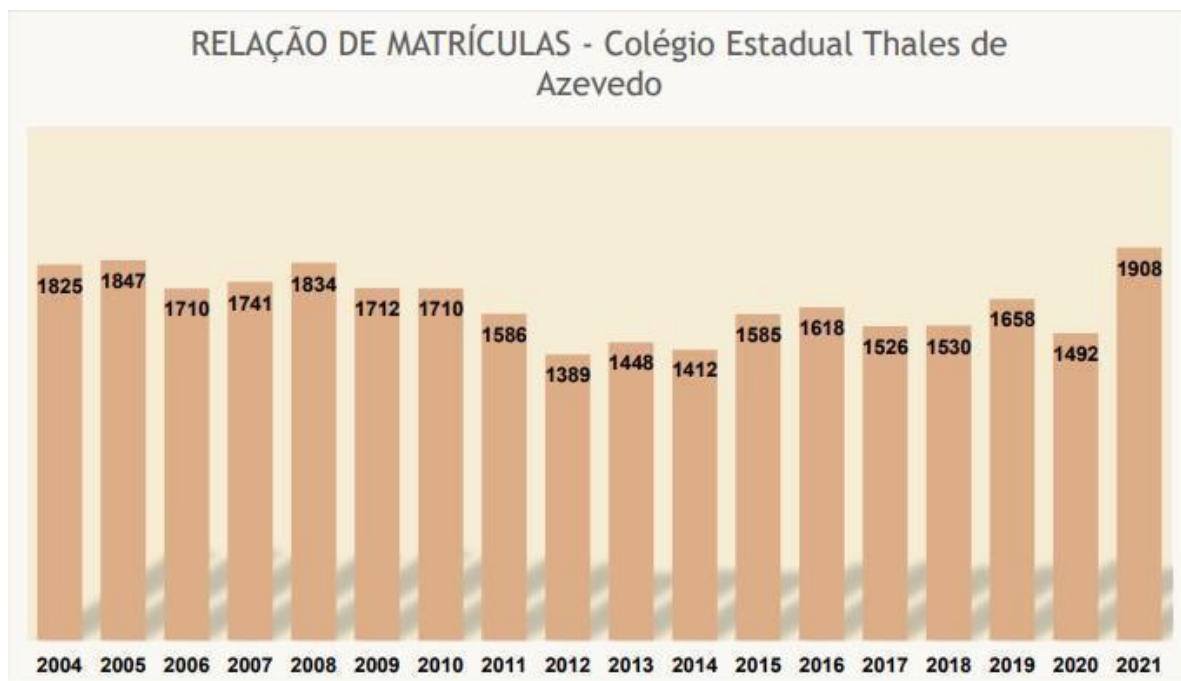
Elaboração própria a partir de site oficial da SEC

**Gráfico 3 - Relação de matrículas - Colégio Luís Eduardo Magalhães (2004-2021)**



Elaboração própria a partir de site oficial da SEC

**Gráfico 4 - Relação de matrículas - Colégio Estadual Thales de Azevedo (2004-2021)**



Elaboração própria a partir de site oficial da SEC

É possível observar certa estabilidade entre os dados de matrícula nos colégios Luís Eduardo Magalhães (San Martin) e Thales de Azevedo (Costa Azul) durante os anos, permanecendo em média com cerca de 2 mil matrículas. O colégio Raphael Serravalle (Pituba) sofre com o decaído de suas matrículas a partir de 2010 e segue funcionando com  $\frac{1}{3}$  da maior capacidade, visualizada no ano de 2007 (3207 matrículas). Desses, em nenhum houve a tentativa de implementação do Tempo Integral e apenas no Raphael Serravalle o ensino fundamental II é ofertado.

Além dessa análise, a partir do mesmo site da SEC foi possível realizar outra breve observação a respeito dos colégios modelo descritos no Decreto nº 7.293, de 04 de maio de 1998, que institui o projeto dos Colégios-modelo, ainda em vigência, e estabelece diretrizes mínimas para a construção de escolas referência na rede estadual da Bahia, sendo uma delas, a nomeação de todas as unidades construídas como Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães. Sucintamente, através dos resultados ofertados em uma rápida busca na barra de pesquisas de colégios sobre a situação funcional das escolas, foi observado que um número significativo de unidades se encontra Paralisada ou Extinta.

### Quadro 5 - Situação funcional de unidades LEM na rede estadual de ensino

29386284/00	1176424	COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES	Estadual	Em atividade	NTE-05	Ilheus	Ensino Regular	Médio
29424020/00	1177091	COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES	Estadual	Em atividade	NTE-05	Itabuna	Ensino Regular	Médio
29394341/02	1178642	ANEXO - COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES - DISTRITO PALMARES	Estadual	Paralisada	NTE-08	Itapetinga	Ensino Regular	Médio
29394341/00	1176427	COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES	Estadual	Em atividade	NTE-08	Itapetinga	Ensino Regular	Médio
29394341/01	1179249	ANEXO - COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES	Estadual	Paralisada	NTE-08	Itapetinga	Autonomia	Médio
29436184/00	1178107	COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES	Estadual	Em atividade	NTE-05	Canavieiras	Ensino Regular	Médio
29434718/00	1178108	COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES	Estadual	Extinta	NTE-06	Gandu	Ensino Regular	Médio
29394414/00	1176438	COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES	Estadual	Em atividade	NTE-13	Guanambi	Ensino Regular	Médio
29392861/00	1176422	COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES	Estadual	Em atividade	NTE-26	Salvador	Ensino Regular	Médio
29417163/00	1177089	COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES	Estadual	Em atividade	NTE-18	Alagoinhas	Ensino Regular	Médio
29413680/00	1177090	COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES	Estadual	Em atividade	NTE-26	Camacari	Ensino Regular	Médio
29393949/00	1176429	COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES	Estadual	Em atividade	NTE-14	Itaberaba	Ensino Regular	Médio
29387736/00	1176423	COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES	Estadual	Em atividade	NTE-19	Feira de Santana	Ensino Regular	Médio
29390737/00	1176428	COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES	Estadual	Em atividade	NTE-10	Juazeiro	Ensino Regular	Médio
29389976/00	1176426	COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES	Estadual	Em atividade	NTE-24	Paulo Afonso	Ensino Regular	Médio
29395321/02	1178215	ANEXO II AO COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES	Estadual	Paralisada	NTE-01	Xique-Xique	Ensino Regular	Médio
29395321/01	1178214	ANEXO AO COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES	Estadual	Paralisada	NTE-01	Xique-Xique	Ensino Regular	Médio
29433517/00	1178104	COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES	Estadual	Em atividade	NTE-25	Senhor do Bonfim	Ensino Regular	Médio
29386772/00	1176436	COLEGIO MODELO LUIS EDUARDO MAGALHAES	Estadual	Extinta	NTE-11	Barreiras	Ensino Regular	Médio

Fonte: Site da Secretaria de Educação do Estado da Bahia

Retomando a década de 1990, período em que está inserida a implantação das unidades escolares Luís Eduardo Magalhães, a construção dessas escolas, e a ampliação e recuperação de outras em todo o estado da Bahia, foi algo marcante e gerador de inúmeros acordos e convênios mobilizadores na sociedade baiana. Atualmente, dos 19 resultados apreciados na busca descrita acima, 2 encontram-se extintas e 4 paralisadas, aguardando ofício de extinção.

Este panorama superficial externo, analisado a partir de outras unidades referência, chama atenção devido à falta de informações que elucidassem o que ocorre com o caso do colégio Odorico Tavares para ter suas matrículas descaídas drasticamente ao longo dos anos e suas atividades encerradas com apenas 25 anos de funcionamento. Seria esse o caso de outras escolas? Suas matrículas vão decaindo até seu fechamento? Algo que estaria relacionado com um contexto externo? Ou algo que advém de uma realidade interna, levando em consideração aspectos apresentados acima na pesquisa, como o histórico de especulação



imobiliária relacionado ao bairro em que pertencia? Ou diversos elementos coexistindo juntos e favorecendo o encerramento do CEOT?

Questões como essas nos fizeram buscar informações a partir de pesquisa em fontes de jornais locais como Tribuna da Bahia, A Tarde e Correios. O jornal como fonte histórica, é capaz de oferecer diversas informações sobre diversos aspectos da sociedade em que circulam. Os jornais são meios de comunicação e veiculação de informação periódica, representando assim, um instrumento de poder, produção de discurso e cultura, presente na vida urbana nos últimos séculos (BARROS, 2021).

A escolha pela pesquisa em jornais se deu pela aproximação com fontes dessa natureza ao acessar os Diários Oficiais do Estado da Bahia, além da compreensão da relevância do jornal para a vida cotidiana da cidade, e também como uma possibilidade de conservação da memória das sociedades em todos os seus aspectos. Vejamos um pouco mais na próxima seção a respeito de como foi desenvolvida essa investigação.

#### 4. Encerramento das atividades do Colégio Estadual Odorico Tavares

Na presente seção abordaremos aspectos quanto ao encerramento das atividades do Colégio Estadual Odorico Tavares a partir do uso do jornal como fonte de pesquisa, de modo a levantar mais elementos para nos ajudar a compreender a trajetória do Colégio e, principalmente, de que maneira as questões ligadas ao fechamento foram tratadas, bem como o próprio ato de fechamento da escola.

A breve investigação discorrida considerou o uso de jornais como fonte histórica de pesquisa ao ponto em que, compreende sua relevância para a vida cotidiana da cidade nos dois últimos séculos, ao se aproximar de temas como política, economia, educação e cultura. As historiadoras Ana Martins e Tania de Luca (2008), pontuam que a circulação de periódicos contribui para o testemunho, registro e veiculação da história, sendo uma parte relevante da formação do país.

O uso dos periódicos neste trabalho buscou levar em consideração o contexto histórico no qual os impressos estão inseridos, seus vínculos e compromissos externos conectados aos três jornais utilizados na análise: A Tarde, Tribuna da Bahia e Correios. A escolha desses periódicos se deu em função de serem os três jornais com maior veiculação na cidade de Salvador.

O jornal diário brasileiro A Tarde foi fundado pelo político, jornalista e empresário Ernesto Simões Filho em 1912, sendo um dos mais antigos do Brasil. O jornal se popularizou desde suas primeiras edições devido às novidades gráficas e gerou controvérsia pela introdução da venda de espaço para publicações de interesse privado, anteriormente cedido de forma gratuita, algo que conhecemos atualmente como os classificados. A jornalista Ana Spanenberg (2012), pontua o contexto em que o jornal A Tarde começa a circular, dando destaque às repercussões referente a transição do século e aspectos políticos, como as primeiras eleições da Primeira República, cujo periódico representou o descontentamento com o governo de uma oposição formada por diversos setores da elite baiana.

Correio ou antigo Correio da Bahia, fundado em 1978 pelo político filiado ao PFL atual União Brasil, Antônio Carlos Magalhães, governador por três vezes do estado da Bahia, é um jornal que faz parte da Rede Bahia, um conglomerado empresarial brasileiro conhecido pela atuação com na mídia baiana, mas que também atua em diversos segmentos, tendo início na construção civil. Antes de

fundar o Correio, Antônio Carlos Magalhães havia tentado comprar, sem sucesso, o periódico Jornal da Bahia, circulado entre 1958 e 1994, fundado por João Falcão.

A Tribuna da Bahia é o terceiro jornal de maior veiculação do estado da Bahia, começou a circular em 1969 e foi fundado pelo empresário Elmano de Castro. A equipe de redação foi montada e dirigida pelo jornalista Joaquim Quintino de Carvalho que almejava modernizar a linguagem redacional. Contudo, Evandro Matos (2009) pontua que a equipe do periódico conviveu com a censura imposta aos veículos de comunicação pela ditadura militar, uma vez que era formada por jornalistas liberais e engajados nos movimentos de esquerda. Em 2010, o Instituto de Tecnologia, Educação e Gestão Educacional (INTEGRO) em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia desenvolveu um projeto com objetivo de homenagear a Tribuna da Bahia, cuja atividade principal foi a edição de um livro a fim de apresentar uma retrospectiva da história da Bahia e do Brasil, através de capas das edições do jornal.

A busca nos periódicos descritos acima foi realizada com objetivo de obter maiores informações a respeito do fechamento do Colégio Estadual Odorico Tavares, sendo analisado o período de dezembro de 2019 a janeiro de 2020, intervalo de tempo onde foi anunciado pelo então governador Rui Costa, do Partido dos Trabalhadores (PT), o encerramento das atividades da instituição de ensino ao final do ano letivo de 2019.

Nesse período, algumas manifestações culturais e ocupações organizadas por estudantes e professores, foram realizadas no colégio em prol da abertura de vagas para o ano letivo de 2020 e contrárias ao fechamento total das atividades educacionais desenvolvidas na unidade. Essas ações circularam em diversos meios de comunicação midiáticos como jornais, rádios e internet, contudo, o conhecimento acerca das mobilizações realizadas também se deu pelo fato da aproximação com a instituição e sua comunidade descrita anteriormente, presença ativa nas mobilizações artísticas e acompanhamento do desenrolar dos atos e ocupações ocorridas no período.

Foi observada uma quantidade considerável de notícias e reportagens veiculadas em sites de comunicação on-line a respeito do fechamento do CEOT. Em sua maioria, as matérias anunciavam a decisão do então governador Rui Costa (PT), acompanhavam os desdobramentos ocorridos quanto às ações da sociedade frente a notícia e teciam comentários a respeito da deliberação. Em decorrência dos

sites citados não serem verificados ou até mesmo assinarem suas matérias e notícias publicadas, a busca pela fonte do jornal se apresentou enquanto uma alternativa viável para a continuidade da investigação.

Dessa forma, foi realizada uma pesquisa de notícias e reportagens quanto ao fechamento do colégio no acervo de jornais da Biblioteca Central do Estado da Bahia, inaugurada em 13 de janeiro de 1811, situada no bairro dos Barris, região central da cidade de Salvador.

A repercussão quanto à iminência do fechamento do Colégio foi vivenciada com muita força na condição de egressa e estudante da Faculdade de Educação da UFBA. Por esse motivo, havia expectativa de encontrar mais notícias em canais oficiais de comunicação a respeito do anúncio do encerramento das atividades da instituição e seus desdobramentos. No entanto, os resultados desta investigação geraram a descoberta de apenas 4 publicações a respeito das ações ocorridas após anúncio do fechamento da instituição, sendo elas 2 no jornal A Tarde e 2 no jornal Tribuna da Bahia. Quanto ao jornal Correio, não foram localizadas publicações em dezembro de 2019 referente à temática e os jornais circulados em janeiro de 2020 não se encontravam disponíveis no acervo da biblioteca.

**Quadro 6 - Publicações encontradas na pesquisa em jornais**

<b>Jornal</b>	<b>Data</b>	<b>Manchete</b>	<b>Autor(a)</b>
A Tarde	23 de janeiro de 2020	Imóvel do colégio desativado deve permanecer com função educativa	Vitor Castro, sob a supervisão da editora Meire Oliveira
A Tarde	25 de janeiro de 2020	Fechamento de escola gera novo protesto na Vitória	Tainá Silva, sob a supervisão da editora Meire Oliveira
Tribuna da Bahia	10 de janeiro de 2020	Projeto que permite venda do Odorico Tavares está na ALBA	Repórter Yuri Abreu
Tribuna da Bahia	30 de janeiro de 2020	Sancionada lei para venda do Odorico Tavares	Repórter Yuri Abreu

Elaboração própria

Chama atenção a pouca quantidade de publicações localizadas nos jornais, diante do material encontrado em sites não verificados de veiculação de notícias. Outra consideração relevante é a total ausência de publicação a respeito do encerramento das atividades da instituição pelo jornal Correio, fundado por ACM e pertencente ao conglomerado empresarial da Rede Bahia. Devido à alta mobilização impulsionada por estudantes, professores, políticos, sindicatos e artistas frente ao anúncio do encerramento das atividades de um colégio prestigiado pela sociedade, esperava-se encontrar uma quantidade mais significativa de publicações nos jornais locais a respeito das mobilizações vivenciadas na época.

Quanto às publicações acessadas, foi possível localizar as notícias do Jornal A Tarde logo após a coluna Tempo Presente, na página A4 (23/01/2020) e A6 (25/01/2020). A publicação não pertence a uma seção específica e está no topo da página. No jornal Tribuna da Bahia as reportagens estão localizadas na seção Cidade, logo após a seção Política e Economia, na página 8 (de ambos os dias - 10/01/2020 e 30/01/2020). Cabe ressaltar que nenhuma das manchetes foi capa dos periódicos em que se encontravam.

Quanto a análise dos resultados da busca, fomos direcionadas ao Projeto de Lei 23.724/20 e a Lei 14.198/20; a manifestações e ocupações ocorridas no período do fechamento da instituição; ao pronunciamento do então governador Rui Costa a respeito dos desdobramentos do encerramento das atividades da unidade; a especulação da comunidade estudantil e de professores quanto ao motivo da Lei aprovando a venda do prédio.

Diante do exposto até o momento, nas próximas páginas serão apresentadas considerações a respeito dessas análises, somando a outras fontes encontradas em decorrência das informações obtidas nas reportagens descritas acima.

#### **4.1 Análises a respeito do fechamento do CEOT e sua repercussão**

O encerramento das atividades no Colégio Estadual Odorico Tavares se deu quando a comunidade da instituição recebeu informações por parte da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, em dezembro de 2019, que não seriam abertas vagas para matrículas no ano letivo de 2020, em decorrência do baixo contingente de alunos. Após confirmação pelo então governador Rui Costa anunciando a decisão, o Governo da Bahia de fato fecharia a escola e ações culturais e

manifestações contrárias à determinação, organizadas por alunos e professores da instituição, ocorreram durante o mês de janeiro de 2020.

No dia 08 de janeiro de 2020 foi encaminhado ao Departamento de Atos Oficiais da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) o Projeto de Lei 23.724, autorizando o Poder Executivo a alienar o bem imóvel nº 248 cadastrado no Sistema de Controle de Bens Imóveis do Estado da Bahia (SIMOV), situado no endereço do colégio. Dia 27 do mesmo mês o projeto foi discutido, aprovado e a Lei 14.198 foi sancionada no dia seguinte, publicada no Diário Oficial na data 29/01/2020.

Durante o período de tramitação para aprovação do Projeto de Lei, protestos, ocupações e ações culturais utilizando faixas, cartazes e carro de som foram realizadas no Corredor da Vitória contra o fechamento do colégio e venda do imóvel, organizados por ex-alunos da instituição, pais, moradores, autoridades políticas, professores e líderes de movimentos (OLIVEIRA, 2020).

A respeito da desativação do colégio, reportagens nos jornais A Tarde e Tribuna da Bahia, socializam nota da Secretaria de Educação do Estado afirmando a realocação de matrícula dos alunos do Odorico Tavares para instituições próximas, a exemplo do Colégio Estadual Manoel Novaes, no Canela, o Colégio Estadual Mário Augusto Teixeira de Freitas, em Nazaré, e o Colégio Estadual da Bahia, em Nazaré (OLIVEIRA, 2020; ABREU, 2020).

Referente a venda do imóvel onde funcionava o colégio, a Secretaria de Educação e o governador Rui Costa reafirmaram o Artigo 3º da Lei 14.198/20, referente a permanência do imóvel com função educativa direcionando os recursos arrecadados em leilão para a ampliação de melhoria da rede estadual de educação, a partir da construção de novas unidades escolares distribuídas em outros bairros da cidade. No mesmo período, em nota do Governo do Estado aos jornais e entrevista realizada na rádio, Rui Costa afirmou que ainda naquele ano seriam publicadas em Diário Oficial licitações para a construção de escolas nos bairros de Paripe, Sussuarana, São Cristóvão, Imbuí, Vila Canária e Pau da Lima, todos bairros afastados da região central da cidade. (ABREU, 2020; OLIVEIRA, 2020).

Como foi dito, o anúncio a respeito do fechamento do Odorico Tavares gerou repercussão em toda a cidade e até fora dela. Organizações estudantis, como a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e União Estadual dos Estudantes (UEES-BA), manifestaram descontentamento diante da decisão do Governo da Bahia e apoiaram as ocupações ocorridas no espaço físico da

instituição; a Associação de Professores/as Licenciados/as do Brasil, APLB-Sindicato, protestou a definição e se reuniu com representantes do Ministério Público da Bahia, da SEC e da instituição contra o fechamento da unidade; personalidades da política como o ex-deputado federal Jean Wyllys ao criticar o Projeto de Lei e divulgar carta aberta ao ex-presidente Lula na época e a cantora Ivete Sangalo, artista moradora do Corredor da Vitória, pontuando o fechamento do colégio como uma ação forçosa em função de pressões imobiliárias e processo de gentrificação.

Diante do cenário de insatisfação de determinados segmentos da sociedade frente ao encerramento das atividades do colégio, no dia 29 de janeiro de 2020, o governador Rui Costa, em entrevista à Rádio Metrópole, abordou o assunto do fechamento da instituição e de um novo projeto de implantação de escolas estaduais de grande porte nos bairros da periferia de Salvador, mencionadas acima. Ao ser pontuado sobre a repercussão negativa da decisão sobre o Odorico Tavares, Rui Costa responde estar surpreso com a polêmica em torno do assunto, defende que escolas bem equipadas devem estar em periferias também, não apenas em bairros nobres e promete entregar 60 novas escolas até o fim do seu mandato.

Em entrevista, o governador também argumentou a respeito do investimento de tempo e dinheiro das famílias para direcionarem seus filhos a escolas no centro da cidade, enquanto poderiam acessar escolas com os mesmos padrões das instituições localizadas no centro em seus próprios bairros. Não desconsideramos aqui a relevância da necessidade de escolas em bairros periféricos com padrões de qualidade semelhantes a essas instituições modelo que citamos ao longo do trabalho, tanto o Odorico Tavares, como outras.

Como pontuado anteriormente, Silva (2010) nos oferece dois pontos de reflexão a respeito desse assunto. O primeiro se refere à consideração de que estudar em um local diferente de onde se mora é também um aprendizado para os estudantes, uma vez que, têm a oportunidade de estar em contato com outros locais, arquiteturas e realidades. O segundo ponto diz respeito ao fato de que o público do colégio se modificou ao longo dos anos, atendendo majoritariamente estudantes de bairros afastados do centro da cidade, que buscavam a qualidade impressa no prestígio em estudar em uma das instituições modelo da cidade.

Sobre o tema do transporte público, estudantes secundaristas de Salvador estão presentes em movimentos contra o aumento de tarifa, a favor da meia

passagem aos finais de semana, do passe livre e melhorias nos transportes públicos desde 2003, onde uma série de manifestações com resistência ao aumento da passagem ficou conhecida como Revolta do Buzu. Oliveira e Carvalho (2007) pontuam que:

Dentro da lógica que minimiza a participação do Estado nas políticas sociais, os serviços públicos vêm perdendo a qualidade e aqueles indivíduos que têm condições de pagar migram para os serviços privados. É o que vem ocorrendo com o sistema de transporte público, a exemplo da educação, da saúde, da segurança. Cada vez mais, cabe à população que não pode arcar com veículos particulares vivenciar em seu cotidiano as mazelas de um serviço que é fundamental para assegurar a mobilidade nas cidades e o acesso a todos os demais direitos sociais, civis e políticos conquistados. (p. 4)

Debates a respeito da garantia quanto ao acesso à educação e à cidade foram propulsoras de outras manifestações ocorridas entre 2004 e 2007, a favor do congelamento da tarifa de ônibus e a reivindicação do passe livre para os estudantes secundaristas das escolas públicas.

O passe livre estudantil foi um termo construído em movimentos de cunho popular a respeito da gratuidade nos transportes públicos. Atualmente, a gratuidade no transporte público de Salvador beneficia deficientes físicos com dificuldade de locomoção e demais pessoas com deficiência mediante comprovação de carência econômica (BAHIA, 2004), idosos a partir de 65 anos (AGERBA, 2004) crianças de até 6 anos incompletos (ANTT, 2014).

No Brasil, após reivindicações de movimentos estudantis podem ser citados alguns estados adeptos ao passe livre estudantil, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Goiás, Pernambuco e Rio de Janeiro. Não há uma legislação nacional que regule o benefício, por esse motivo cada estado define como e se vai ofertar o benefício.

Segundo o sociólogo Benevides (2005), é uma característica marcante do movimento de estudantes na Bahia a luta por direitos sociais, como o direito à cidade, ao acesso à educação, saúde e segurança, direito à cultura e ao lazer, pelo direito de ir e vir e ao trabalho. Oliveira e Carvalho (2007) ainda pontuam que na pesquisa Juventude Brasileira e Democracia (IBASE E PÓLIS, 2005), os jovens de Salvador afirmam que um dos maiores problemas para o enfrentamento das questões pontuadas acima está na falta de condições de deslocamento pela cidade, impressos no número reduzido de ônibus e linhas dos bairros para o centro da



cidade, onde ocorrem eventos culturais e de lazer e onde a população pode de fato acessar “os melhores colégios públicos”.

Dessa forma, compreendemos que uma alternativa a questão do deslocamento dos estudantes de seu bairro para o centro da cidade poderia ser levar em consideração a questão do transporte público que a comunidade de estudantes pauta desde 2003 em suas reivindicações, uma vez que, como exposto por Rui Costa em entrevista à Rádio Metrôpole, de que quando há polêmica, ele se coloca ao lado do povo.

#### **4.2 Depoimentos presentes nas notícias e reportagens encontradas nos jornais**

A primeira reportagem noticiada nos jornais a respeito do fechamento do CEOT foi encontrada no jornal Tribuna da Bahia, datada em 10 de janeiro de 2020, localizada na seção Cidade. Esse material apresenta o Projeto de Lei nº 23.724 que autoriza a alienação do imóvel do CEOT para que o terreno fosse leiloado.

No dia 23 de janeiro de 2020 (p. A4), o jornal A Tarde publica uma notícia abordando a questão da especulação imobiliária a partir do depoimento de um aluno da instituição:

Ali é um lugar onde preto, pobre e favelado circulava junto de gente rica, podendo ir em todos aqueles museus. Os vizinhos nunca quiseram alunos pobres ali no Corredor da Vitória. (Yan Samuel, 20 anos)

O professor de física da instituição, Jorge Nunes, também demonstrou seu posicionamento para o jornal A Tarde, publicado no periódico do dia 23/01/2020 (p. A4), pontuando que:

Há alguns anos tínhamos 12 turmas no turno vespertino e o governo fechou. No ano passado, bloqueou a matrícula e ninguém conseguiu concluir o processo.

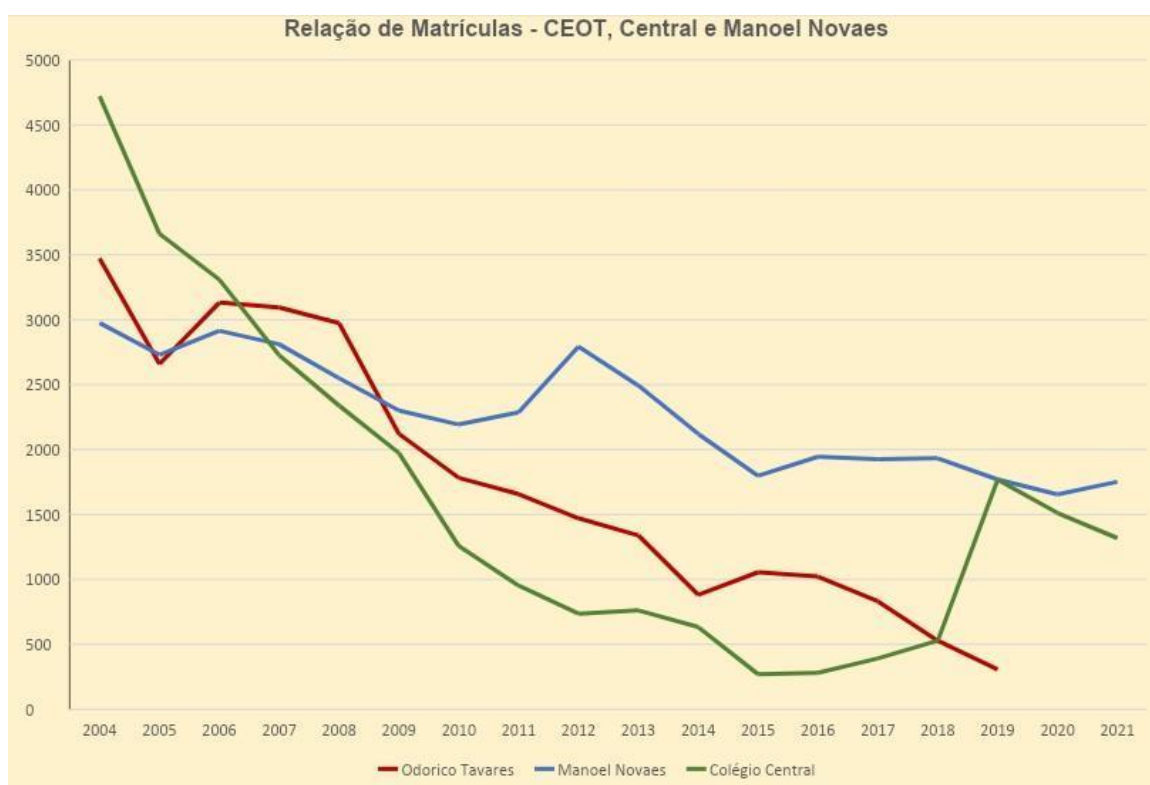
Ainda em notícia localizada no A Tarde (23/01/2020, p. A4), a respeito desta afirmativa, o secretário estadual de educação, na época Jerônimo Rodrigues, respondeu:

Por que o Manoel Novaes e o Central também reduziram o número de matrículas? É por redução da taxa de natalidade da região e abertura de vagas em outros bairros. Outro fator é que no Odorico tínhamos o ensino

fundamental ano passado, só que saiu daqui e os alunos foram para a rede municipal ou para uma escola mais perto de casa.

Acerca das afirmativas do titular da SEC, é possível observar pelo site da SEC Sistema Escolar um real decaimento das matrículas nos colégios Manoel Novaes e Central, localizado a poucos km do CEOT.

### Gráfico 5 - Análise de matrículas dos colégios Manoel Novaes e Central em comparação ao CEOT



Elaboração própria a partir de site oficial da SEC

A partir do gráfico é possível visualizar, em comparação ao CEOT e Manoel Novaes, oscilações significativas nas matrículas do Colégio Central ao longo dos anos. O decaimento das matrículas do Central chega a ultrapassar o CEOT no ano de 2007 e permanece abaixo por uma década. O colégio Manoel Novaes se mantém mais estável quando comparado ao CEOT e ao Central, entretanto, ao ser analisado de forma isolada, também sofre com o decaimento de matrículas ao longo dos anos.

A respeito do Colégio Manoel Novaes, está localizado no bairro do Canela, a menos de 1 km de distância do CEOT. Devido sua proximidade era o colégio de maior interação com os estudantes do Odorico Tavares que acabavam

compartilhando a Praça do Campo Grande, localizada entre as instituições de ensino.

Retomando ao gráfico, o decaimento das matrículas do CEOT ao longo dos anos foi algo pontuado como significativo para a decisão do fechamento do colégio ser tomada pela SEC em conjunto com o Governo do Estado, entretanto, a partir da ilustração é possível analisar a existência do colégio Central também gravemente afetado pelo decaimento de matrículas, mas que consegue se recuperar sem que seja ameaçado de fechamento. Essa realidade nos deixa o questionamento do que foi feito para que o colégio Central pudesse tomar fôlego após tantos anos e tentar se recuperar no ano letivo de 2019, e se tal ação poderia ter sido feita no CEOT, colégio que por uma década recebeu um maior número de matrículas que o Central, mas não conseguiu evitar o cenário de fechamento.

O Colégio Estadual da Bahia ou Colégio Central da Bahia é um colégio tradicional, localizado no bairro de Nazaré, região central da cidade, construído em 1837 e fundado com o nome Liceu Provincial da Bahia. A unidade sofreu com o decaimento de matrícula durante os anos por motivos que não conseguimos compreender, abordar e comprovar neste trabalho, pois apenas pontuamos para ilustrar a fala do secretário Jerônimo Rodrigues diante do fechamento do Odorico Tavares.

Em continuidade, a respeito da redução da taxa de natalidade, ainda no corpo da mesma notícia é abordada a falta de estudos que comprovem tal afirmativa, contudo, o secretário da época aposta nessa e outras hipóteses, como modificações urbanas e a procura pelos estudantes a escolas mais próximas de suas residências, para justificar a tendência linear em queda das matrículas do Odorico Tavares durante os anos.

Jerônimo, ex-secretário de educação do governo Rui Costa, ainda afirma que esse decaimento também se deu em decorrência da saída da oferta do ensino fundamental na instituição no ano de 2019. No entanto, a partir do site de consulta Sistema Escolar da Secretaria de Educação do Estado, na seção "Alunos" onde contém os dados referente a matrícula é possível visualizar que o colégio Odorico Tavares nunca ofertou o ensino fundamental e sempre foi um colégio estadual destinado ao público do Ensino Médio.

Dois dias após, na data de 25/01/2020, o jornal A Tarde realiza uma segunda publicação a respeito do encerramento das atividades no CEOT e nesse material é

emitido o depoimento do professor de história da instituição, Fábio Ferreira Silva, que diz:

Vejo com tristeza o fechamento do Odorico Tavares. É uma violência contra a educação pública. Infelizmente, o governo tem feito ao longo dos anos, sucatear a escola e esvaziar o número de matrículas. Infelizmente só podemos acreditar que deve ser algum acordo do governo para especulação imobiliária. (p. A6)

Ainda nessas linhas, o depoimento do coordenador da Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (Ames) de Salvador, Augusto Souza, suscita que:

Estamos mais uma vez anunciando o que Rui Costa está fazendo. O fechamento do Colégio Odorico Tavares é o ápice disso tudo, como um colégio que tem uma grande história de resistência em um bairro nobre de Salvador. Estamos vendo o recado que o governo não pensa na população mais pobre, que exclui a juventude e o povo negro de ter acesso a cidade. (p. A6)

A respeito das declarações, duas temáticas chamam atenção, a primeira referente a especulação imobiliária e a segunda a acerca do direito ao acesso à cidade, já abordada em linhas anteriores.

Para Campos Filho (2010), a especulação imobiliária é:

[...] uma forma pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infraestrutura e serviços urbanos (p. 48).

A valorização de um terreno se dá por diversos fatores a partir do desenvolvimento da cidade, como por exemplo disponibilidade de infraestrutura, serviços urbanos e condições de acessibilidade. No que se refere a especulação imobiliária, há o ponto de vista em que muitos contribuem para a valorização do bem imóvel, como o Poder Público e alguns proprietários privados, provendo melhorias com água, esgoto, energia, construção de equipamentos urbanos: praças, creches, supermercados, além da pavimentação, abertura de vias e sistema de transporte, para que poucos fiquem com os lucros ao manter um terreno ocioso não útil para a comunidade, pois não movimentam a economia (GODIM, 2013).

Em 2019, os bairros soteropolitanos da Vitória, Barra, Patamares, Canela e Caminho das Árvores foram os cinco bairros que tiveram os maiores valores médios

de venda de imóveis. Neste ano, o metro quadrado da Vitória teve o custo de mais de 7 mil reais, ficando em primeiro lugar, entre os cinco citados (ABREU, 2020).

A última reportagem encontrada sobre o que tratamos nestas linhas foi do dia 30/01/2020, localizada na seção Cidade do jornal Tribuna da Bahia. O jornal, que publica 20 dias antes a tramitação do PL nº 23.724/2020 retorna divulgando a aprovação da Lei 14.198/2020, referente a autorização da venda do imóvel do colégio.

Na matéria é informado que o leilão do imóvel estava sendo organizado para acontecer, mas que ainda não havia uma data específica. Em nota a Secretaria de Comunicação Social (Secom) afirma que:

O próximo passo é preparar o leilão do imóvel, que deverá ocorrer junto com outros imóveis do Estado. O leilão deverá ser realizado em curto prazo, o mais breve possível. O objetivo do Estado é arrecadar volume suficiente para construir escolas na periferia. As escolas construídas terão infraestrutura completa, com todos os requisitos necessários para oferecer um ensino de qualidade. Não existe exigência preestabelecida para quem quiser adquirir os imóveis.

Na mesma reportagem é informado que caberá a Secretaria de Administração Pública do Estado da Bahia (Saeb) proceder a regulamentação fundiária do imóvel. Atualmente, durante o tempo em que é escrito o presente trabalho, ainda não havia sido realizado o leilão do imóvel.

O leilão é uma modalidade de licitação desde 2021, definido pelo Art. 28º da Nova Lei de Licitação onde se lê: “Art. 28º São modalidades de licitação: I - pregão; II - concorrência; III - concurso; IV - leilão; V - diálogo competitivo.”. O processo de licitação é um procedimento administrativo público que regulamenta a compra ou contratação de serviços, garantindo a eficiência e transparência com os gastos públicos, ao ponto em que assegura a ampla concorrência para as empresas do mercado.

Diante dos posicionamentos de estudantes e professores apresentados até aqui, fica evidente a insatisfação da comunidade frente a decisão de fechamento do colégio. Os depoimentos são marcados por questões significativas a respeito dos desdobramentos que possivelmente levaram ao encerramento total das atividades do CEOT, como a forte presença da especulação imobiliária, o direito à cidade

negado, sucateamento da escola pelo governo e interferência da SEC no processo de matrícula.

## 5. Considerações

O presente trabalho teve como objetivo conhecer a história e trajetória do Colégio Estadual Odorico Tavares, localizado na região central da cidade de Salvador, a partir do contexto da política de Ensino Médio da Bahia, os colégios-modelo, inserida no Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio. O intervalo de tempo em que as análises foram direcionadas diz respeito ao período de funcionamento da instituição (1994-2019). Além disso, também existiu o intuito de compreender quais os desdobramentos ocorridos no período do encerramento das atividades do colégio colaboraram para a tomada dessa decisão pela Secretária de Educação.

Como pode ser analisado, o colégio Odorico Tavares foi inaugurado em clima de entusiasmo pela nova unidade na capital e marcada por grandes expectativas da sociedade soteropolitana quanto a ele. Personalidades da política, artistas e a população como um todo celebraram a construção do colégio de médio porte, localizado no bairro da Vitória, e que prometia ampliar a qualidade da educação pública com cursos profissionalizantes, desenvolvimento de projetos pedagógicos conveniados com museus e universidades, além da alta valorização do servidor público.

Silva (2018) pontua a relevância da localização do colégio estadual ao ponto em que se encontrava ao redor de praças, museus, salas de arte, bibliotecas e universidades, sendo possível que o corpo docente da unidade organizasse convênios e acordos com esses espaços na realização de suas ações e projetos pedagógicos. A professora também cita a questão do direito à cidade, direito de ir e vir e acessar essa cidade durante o trajeto casa-escola. A respeito disso, Benevides (2005) evidencia que essa é uma pauta presente nas lutas da juventude baiana do ensino médio, além de outros enfoques como acesso à educação, saúde e segurança, direito à cultura, ao lazer e ao trabalho.

Na conjuntura estadual, a necessidade de modernização e desenvolvimento orientaram projetos educacionais voltados para a recuperação das unidades escolares da rede, onde ampliação de oportunidades de acesso, aumento do nível de escolaridade da população, valorização dos profissionais da educação, aporte ao material didático e capacitação dos recursos humanos ganham cena com maior intensidade a partir de atividades desenvolvidas pela Secretaria de Educação do

Estado e as políticas educacionais propostas pelos governos da época (BAHIA, 1995; 1998).

Na década de 1990, iniciativas experimentais foram realizadas no campo da educação frente às políticas públicas, entretanto, nenhuma delas foi ampliada de forma significativa, se restringindo apenas a alguns colégios. O projeto dos colégios-modelo foi uma ação de reforço ao Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio surgido nessa época e expandido em todo o Estado, cujo objetivo foi a ampliação da oferta de Ensino Médio e entrega à comunidade de novos parâmetros educacionais. Ao analisar a trajetória do colégio Odorico Tavares a partir de bases documentais e bibliográficas, fica evidente a satisfação pela entrega de colégios desse porte nessa época; entretanto, com o passar dos anos, algumas insatisfações foram surgindo e se apresentando como significativas para a comunidade interna e, em conjunto, as matrículas foram decaindo.

Durante a análise dos dados apresentados, foi possível observar que o colégio sofre com a diminuição de matrículas desde o ano de 2009 e não consegue se recuperar em período algum. Neste ano são encerradas as atividades no turno noturno e em pouco tempo depois, 2013, ocorre o encerramento do turno vespertino. Durante esse período, enfrentamentos quanto à sublocação dos espaços e dificuldades quanto ao diálogo com a SEC são colocadas em pauta.

Em conjunto ao enfrentamento quanto o decaimento do número de matrículas, a sublocação dos espaços do CEOT foi algo vivenciado em diversos momentos durante os anos de funcionamento da instituição, segundo Silva (2018) e Gonçalves (2019), evidenciando uma realidade onde o Odorico teve seus espaços compartilhados com órgãos públicos e privado, além de coexistir com outra escola em seu espaço físico.

A justificativa para o uso das dependências do colégio, sempre giraram em torno de seu espaço ocioso, uma vez que vinha sofrendo com o fechamento de seus turnos de forma gradual, porém significativa. A implementação do Tempo Integral no ano de 2017 também se fundamentou a partir dessa justificativa, porém tinha a intenção de repovoar a escola e precisa ser melhor investigada em trabalhos futuros, especialmente neste momento em que há um investimento significativo de um projeto de educação de tempo integral em curso. Gonçalves (2019) pontua em seu trabalho que a investida da SEC a respeito da implantação do Tempo Integral no CEOT foi algo imposto e não dialogado com a comunidade, uma vez que houve uma



recusa dessa inserção que fora ignorada. A ausência de diálogo com a SEC também aparece na seção 4.3 quando depoimentos dos jornais locais aparecem em cena frente aos desdobramentos quanto à decisão do Governo do Estado em vender o imóvel.

Para compreender a respeito da trajetória da instituição também foi necessário fazer um movimento de observação mais amplo, acerca do que acontecia no cenário estadual e nacional, entretanto, não foi possível realizar esse exercício de forma satisfatória de todo o período demarcado pela pesquisa (1994-2019). Buscou-se destacar o que foi encontrado nas fontes documentais a respeito do colégio em si, para garantir a reunião do máximo de informações possíveis a respeito do percurso da instituição.

Outro ponto significativo foi o encerramento das atividades do colégio e a repercussão gerada por essa decisão. O uso de jornais como fonte de pesquisa foi utilizado, a fim de compreender mais sobre esses processos de insatisfação da comunidade frente ao fechamento de um colégio significativo para a educação baiana, evidenciando que a temática foi pouco explorada pelos três principais jornais de circulação no Estado da Bahia.

Após aproximação com aspectos que elucidam a história e trajetória da instituição, foi possível evidenciar sua significância de algumas formas, sendo uma delas, como dito anteriormente, a contribuição para a produção de conhecimento tanto em sua essência como escola média, quanto ao abrir suas portas para receber pesquisadores das universidades, assumindo assim um importante papel na contribuição da aproximação entre comunidade e universidade.

Ainda a respeito do fechamento da valorada instituição, chama atenção a pouca divulgação relacionada à repercussão das manifestações artísticas, atos e ocupações políticas ocorridas em janeiro de 2020, após anúncio da SEC sobre a resolução para venda do imóvel. A cobertura dos acontecimentos foi amplamente difundida em sites e canais de notícia não oficiais, sendo pouco evidenciada nos jornais locais e fontes oficiais de comunicação.

A partir do que foi encontrado, depoimentos de alunos e professores a respeito de possíveis motivos acerca do fechamento do colégio, foram destacados como relevantes para compreensão de como a comunidade interna visualizava esse cenário. Contudo, não foi possível realizar o aprofundamento disso por meio dos depoimentos presentes nas reportagens e notícias dos jornais apenas, sendo

relevante uma investigação mais significativa quanto a isso através de procedimentos metodológicos que contemplem as lacunas demonstradas.

Contudo, chama atenção posicionamentos quanto à especulação imobiliária sofrida pela instituição, sendo fundamentada pelo esvaziamento de matrículas do colégio pela SEC. Dantas (2013) sinaliza que o fenômeno da especulação imobiliária no bairro da Vitória orienta a demolição de casarões antigos para a construção de prédios luxuosos desde os anos 2000. Abreu (2020) revela que em pesquisa de imóveis, o metro quadrado mais caro da cidade de Salvador é o da Vitória, seguido pelos bairros da Barra, Patamares e Canela.

Atualmente, o imóvel ainda se encontra em processo para ser leiloado e sem previsão para tal. A Lei 14.198/20, confirma a permanência do imóvel com função educativa e o direcionamento dos recursos arrecadados com a venda para ampliação e melhoria da rede estadual de educação em bairros periféricos. A partir das transformações que o bairro da Vitória vem passando ao longo dos séculos com a demolição de casarões antigos em função da construção de edifícios e espaços de convivência para a população do bairro, o desfecho com relação a utilização do imóvel é algo aguardado pela população soteropolitana, sobretudo pelos ex estudantes e professores do colégio.

A análise acerca do envolvimento dessas questões com o processo de fechamento do colégio foi abordada aqui utilizando bases documentais e bibliográficas, entretanto, devido a complexidade desses aspectos, tanto isolados, como em conjunto, não é possível realizar uma aproximação mais detalhada nos limites de um trabalho de conclusão de curso.

Por fim, conclui-se a necessidade de investigações futuras para aprofundamento da pesquisa exploratória descrita nestas páginas, a qual buscou conhecer mais a respeito da história e trajetória de uma instituição de ensino significativa para a educação baiana e que teve suas atividades encerradas de forma precoce e obscura. Afinal, também foi localizado um quadro instigante a respeito das unidades LEM, Colégios-modelo espalhados pelos municípios do estado da Bahia, acerca da situação funcional das instituições de ensino construídas tendo como inspiração colégios como o Odorico Tavares, permanecendo o questionamento sobre as repercussões da política dos anos noventa do ensino médio no Estado nas escolas-modelo.

## 6. Referências

AGERBA. **Resolução nº 13/04, baseada no Art. 230, § 2º, da CF/88, no art. 207.** O direito a acesso livre por pessoas na referida faixa etária (60/65) já é assegurado pelo Governo do Estado.

ALMEIDA, V. D. Para pensar a escola como espaço legítimo de formação inicial e em exercício de professores: a pesquisa como dimensão fundante dos estágios supervisionados. In: PIMENTEL JÚNIOR; SALES; DE JESUS (orgs.) **Currículo e Formação de Professores: redes acadêmicas em (des)articulação.** Editora Pontes. Salvador, 2018.

ALTMANN, H. **Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 77-89, jan./jun. 2002.

ABREU, Y. **Comprar Imóvel Está mais Caro em Alguns Bairros da Capital.** Jornal Tribuna da Bahia, Salvador, 8 jan. de 2020. Seção Cidade, p. 9.

\_\_\_\_\_. **Projeto que Permite Venda do Odorico está na Alba.** Jornal Tribuna da Bahia, Salvador, 10 jan. de 2020. Seção Cidade, p.8.

\_\_\_\_\_. **Sancionada Lei para Venda do Odorico Tavares.** Jornal Tribuna da Bahia, Salvador, 30 jan. de 2020, Seção Cidade, p.8.

ASSUNÇÃO, K. R. G. dos Santos. As contribuições do educador Anísio Teixeira para a formação do pensamento pedagógico da educação brasileira. In: **Revista Travessias.** Vol. 8, Nº 1 – 20ª edição/2014. e-ISSN 1982-5935. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/10096/7564>. Acesso em: 19 fev. 2023.

BAHIA. Secretaria de Educação. **Fundo de Assistência Educacional – FAED, Decreto nº 28.966 de 18 de fevereiro de 1982.** Governo do Estado da Bahia, 1982. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/faed>. Acesso em: 8 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação - SEEB. Instituto de Estudos e Pesquisa em Educação Anísio Teixeira - IAT. **Plano Decenal de Educação - PLANDEBA.** Salvador, out. 1990.

\_\_\_\_\_. Antônio Carlos toma posse e anuncia o fim da impunidade. **Diário Oficial.** Salvador, ano LXXV, nº 14.712, 16 e 17 de março de 1991, p. 1

\_\_\_\_\_. Estudo diagnostica caos no ensino. **Diário Oficial.** Salvador, ano LXXV, nº 14.737, 17 de abril de 1991, p. 5.

\_\_\_\_\_. Educação firma convênio para recuperar escolas públicas. **Diário Oficial.** Salvador, ano LXXV, nº 14.765, 21 de maio de 1991, p. 3.

\_\_\_\_\_. O Governador expõe suas metas. **Diário Oficial.** República Federativa do Brasil. Estado da Bahia. Salvador, ano LXXV, n. 14.712-14.713, 16-17 mar. 1991. Caderno 1, p. 3.

\_\_\_\_\_. Governo investe 1,6 bi na educação. **Diário Oficial**. Salvador, ano LXXV, nº 14.749 1º de maio de 1991, p. 2.

\_\_\_\_\_. MEC e SEC discutem repasse de verbas. **Diário Oficial**, Salvador, ano LXXVI, n. 14.986, 14 fev. 1992. Caderno 1, p.3.

\_\_\_\_\_. Governador assina contrato de US\$167 milhões para a educação. **Diário Oficial**. Salvador, ano LXXVIII, nº 15.564 11 de fevereiro de 1994, p. 1.

\_\_\_\_\_. ACM afirma que País só cresce se a iniciativa privada crescer. **Diário Oficial**. Salvador, ano LXXVIII, nº 15.584 11 de março 1994, p. 3.

\_\_\_\_\_. Antônio Carlos inaugura Colégio Odorico Tavares em clima emotivo. **Diário Oficial**. Salvador, ano LXXVIII, nº 15.600, 30 de março de 1994, p. 4.

\_\_\_\_\_. ACM mostra a recuperação da Bahia. **Diário Oficial**. Salvador, ano LXXVIII, nº 15.576, 2 de março de 1994, p. 3.

\_\_\_\_\_. Souto anuncia programa educacional. **Diário Oficial**. Salvador, ano LXXIX, nº 15.825, 03 de janeiro de 1995, p. 3.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Relatório de Atividades 1995** (Paulo Ganem Souto). Salvador, 1996.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Relatório de Atividades 1996** (Paulo Ganem Souto). Salvador, 1996.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Bahia no caminho certo para o futuro: Relatório de Atividades 1995-1997** (Paulo Ganem Souto). Salvador, 1997. v.1

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Bahia no caminho certo para o futuro: Relatório de Atividades 1995-1997** (Paulo Ganem Souto). Salvador, 1997. v.2

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 16.804 assinado por Borges autoriza a instalação do Programa Colégios Modelo. **Diário Oficial**. República Federativa do Brasil. Estado da Bahia. Salvador, ano LXXXII, 06 mai. 1998.

\_\_\_\_\_. Sorteio eletrônico define matrículas. **Diário Oficial**. Salvador, ano LXXXIII. Nº 16.987, 16 dez. 1998, p. 6.

\_\_\_\_\_. Colégios-modelo estão sendo construídos. **Diário Oficial**. Salvador, ano LXXXIII. Nº 16.992, 22 dez. 1998, p. 2.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Relatório de Atividades 1995-1998** (Paulo Ganem Souto). Salvador, 1998.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.293 de 04 de maio de 1998**. Institui o programa Colégio Modelo LUÍS EDUARDO MAGALHÃES e dá outras providências. Salvador, Bahia, 1998.

\_\_\_\_\_. Borges inaugura mais um colégio-modelo. **Diário Oficial**. Salvador, ano LXXXIII. Nº 17.084, 23 abr. 1999, p. 7.

\_\_\_\_\_. Escola é a 24ª do complexo idealizado pelo deputado Luís Eduardo Magalhães. **Diário Oficial**. República Federativa do Brasil. Estado da Bahia. Salvador, ano LXXXVI. Nº 17.948, 16 abr. 2002.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Relatório de Atividades 2002** (César Borges; Otto Alencar). Salvador, 2002.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Relatório de Atividades 2003** (Paulo Ganem Souto). Salvador, 2003.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Relatório de Atividades 2004** (Paulo Ganem Souto). Salvador, 2004.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 15.094, de 18 de agosto de 2004**. Leis Municipais/Bahia/Salvador, 2004. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2004/1510/15094/decreto-n-15094-2004-aprova-o-regulamento-de-concessao-do-beneficio-da-gratuidade-as-pessoas-portadoras-de-deficiencia-nos-transportes-coletivos-previsto-na-lei-n-6119-2002-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. **Resolução ANTT Nº 4282 de 17/03/2014**. Dispõe sobre as condições gerais relativas à venda de bilhetes de passagem nos serviços regulares de transporte terrestre interestadual e internacional de passageiros regulados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=268675>>. Acesso em: 9 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei 23.724/2020 – Autorização para o Executivo Estadual Alienar o Bem Imóvel Ora Ocupado pela Unidade de Ensino Colégio Estadual Odorico Tavares**. Assembleia Legislativa da Bahia. 2020. Disponível em: <<https://www.al.ba.gov.br/midia-center/noticias/43298>>. Acesso em: 13 mai.. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei 14.198/2020 – o Poder Executivo está Autorizado a Vender o Bem Imóvel Cadastrado sob o nº 4720**. Assembleia Legislativa da Bahia, 2020. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-14198-2020-bahia-autoriza-o-poder-executivo-a-alienar-bem-imovel-de-dominio-do-estado-da-bahia-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 9 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação. **Consulta escolar**. Disponível em: [http://www.sec.ba.gov.br/siiq/sistemaescolar/asp/principal/consulta\\_escola.asp?codigo\\_mec=29182220&codigo\\_secretaria=1176062&SeqAnexo=00#](http://www.sec.ba.gov.br/siiq/sistemaescolar/asp/principal/consulta_escola.asp?codigo_mec=29182220&codigo_secretaria=1176062&SeqAnexo=00#) Acesso em: 16 de abr. de 2022.

BENEVIDES, S. C. [Entrevista concedida a GAGEPPO], Guilherme. **O troco – Por de trás das manifestações estudantis de 2003**. Monografia de conclusão de curso de Comunicação Social, FIB, 2005.

BARROS, E. N.; Souza, E. J. S; MACEDO, Marly PIBID X ESCOLA PÚBLICA: uma parceria na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem das séries iniciais do ensino fundamental. In: **V Fórum Internacional de Pedagogia - V FIPED**, 2013, Vitória da Conquista- BA.

BORGES, A. **Dinâmica político-eleitoral, burocracia e gasto social estadual**. CADERNO CRH, Salvador, v. 23, n. 58, p. 91-109, Jan./Abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/bxJnFj6S4N7F7RDGkNbcpdJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 de ago. 2021.

BOURDIEU, P. A **Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. Escritos de Educação. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

\_\_\_\_\_. **Decreto 6755 de 27 de janeiro de 2009**. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução CD/FNDE/MEC nº15 de 16 de setembro de 2021**. Gov.br, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde>>. Acesso em: 11 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. Lei de licitação e contratos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm)>. Acesso em: 10 mai. 2023

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Lei nº 11.947**. Gov.br, 2009. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular, Resolução nº4 de 17 de dezembro de 2018**. Gov.br, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104101-rcp004-18/file>>. Acesso em: 11 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm). Acesso em: 20 ago. 2022

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 15 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Novo programa pretende estimular vocações de professor e cientista**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/iniciacao-cientifica>. Acesso em: 14 de ago. 2022.

\_\_\_\_\_. Fundo de Desenvolvimento da Educação. **PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola**. Disponível em:

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde> Acesso em: 15 de mai. 2023.

BARROS, J. D. Sobre o uso de jornais como fontes históricas - uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História** – t. LII (2021) – p. 397-419– ISSN: 0870.4147 DOI: [https://doi.org/10.14195/0870-4147\\_52\\_17](https://doi.org/10.14195/0870-4147_52_17), p. 397-419. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/rph/article/view/8691/7504> Acesso em: 10 de abr. 2023

CANDEU; G. N. de S.; VERMEESCH, P. F. A ditadura militar e suas consequências na consciência da educação como política. **Colloquium Humanarum**, vol. 13, n. Especial, Jul–Dez, 2016, p. 33-37. ISSN: 1809-8207. DOI: 10.5747/ch.2016.v13.nesp.000808, p. 33-37. Disponível em: <http://www.unoeste.br/site/enepe/2016/suplementos/area/Humanarum/Educa%C3%A7%C3%A3o/A%20DITADURA%20MILITAR%20E%20SUAS%20CONSEQU%C3%84NCIAS%20NA%20CONSCI%C3%84NCIA%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20COMO%20POLITICA.pdf> Acesso em: 10 de abr. 2023.

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

CAPELATO, Maria H. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARMO, H. C. ;CORRÊA, L. M. **O Ensino Médio no Brasil: desafios e perspectivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CORRAGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, L. De; WARDE, J. M.; HADDAD, S. (Orgs.) **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/PUC-SP, 1996. p. 75-124.

COSTA, G. L. M. O Ensino Médio no Brasil: desafios à matrícula e ao trabalho docente. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 185-210, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/5q8G6ZFHMZXPLhBhYq8zDm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 nov. 2022.

CUNHA, L. A. Ensino Médio: atalho para o passado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 373-384, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sRgNLFXFPBvWCYggFhcBmYm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2022.

DANTAS, R. **Demolindo a própria história: o descaso com os antigos casarões em Salvador**. Rafael Dantas, Bahia, [s.l.], 17 mai. 2023. Disponível em . Acesso em 2 fev. 2019.

DICK, S. M. **A origem das políticas públicas para o ensino secundário na Bahia: o Liceu Provincial 1836 a 1862**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 1992.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas para o ensino secundário – Liceu Provincial 1860 a 1890**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

DUMÉNIL, G; LÉVY, D. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FERRETI, C. J.; SILVA, M. R. da. Reforma do Ensino Médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 385-404, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LkC9k3GXWjMW37FTtfSsKTq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15. nov. 2022.

Fundação Luís Eduardo Magalhães - Centro de Modernização e Desenvolvimento da Administração Pública (FLEM). Bahia, Brasil. Disponível em: <http://www.flem.org.br/flem/quem-somos/> Acesso em: 10 de abr. 2023

FREITAS, J. **O Corredor da Vitória segundo Jolivaldo. Jeito Baiano**, Salvador, 27 maio 2010. Disponível em: <https://jeitobaiano.wordpress.com/2010/05/27/o-corredor-da-vitoria-segundo-jolivaldo/>. Acesso em: 2 fev. 2019.

GONDIM, G. C. M. **Análise de ciclos imobiliários e de estratégias de investimentos**. Rio de Janeiro. UFRJ, 2013.

GONÇALVES, G. M. **Olhares sobre as violências do cotidiano escolar: travessias, atravessamentos e (res)significações**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2019.

Governador Rui Costa comenta sobre Reforma da Previdência e construção de escolas estaduais. [Entrevista concedida à Rádio Metrópole] Carlos Augusto. Salvador, jan. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=82fYXoP5tZ0>. Acesso em: abr. 2023.

IBASE/PÓLIS. Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas – **Relatório final de pesquisa**. Rio de Janeiro: Ibase, 2005 (disponível nos sites de Ibase – [www.ibase.org.br](http://www.ibase.org.br) e Pólis – [www.polis.org.br](http://www.polis.org.br)).

KRAWCZYK, N. **O Ensino Médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2009.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil hoje. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 753-769, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/mq5QhqMxcsdJ9KfDZjqLmtG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 nov. 2022.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio e profissional: as políticas do Estado Neoliberal**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.



\_\_\_\_\_. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019, 326 p.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de T. C. Netto. São Paulo: Documentos, 1969a

LEITE, C. H. **Teoria, Metodologia e Possibilidades: os Jornais como Fonte e Objeto de Pesquisa Histórica**. Escritas, Vol.7 n.1, 2015. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1629/8314>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

LUCA, T. R. de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.  
LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LUCKESI, C. Educação e Sociedade: redenção, reprodução e transformação. In: **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 37-51

MARTINS, Ana L.; LUCA, T. de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: UNESP, 2006.  
RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e mercado no Brasil: de 1945 aos nossos dias**. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES E, JORNALISMO**, 6., 2008, São Paulo. Anais... São Paulo, 2008.

MOEHLECKE, S. O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 39–58, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?scr...> . Acesso em: 13 nov. 2022.

MOTTA, R. D., HENDGES, G. R. **Projeto de pesquisa**. In: **Produção textual na Universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 51-63.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo, 1976, EPU.

OLIVEIRA, J. R.; CARVALHO, Ana P. A revolta do Buzu - Salvador (BA): Manifestações dos estudantes secundaristas contra o aumento da tarifa de ônibus. **Juventude e Integração Sul-Americana: caracterização de situações e organizações juvenis**. **Relatório das situações-tipo Brasil**. Salvador, set. 2007.

OLIVEIRA, M. **Imóvel de Colégio Desativado Deve Permanecer com Função Educativa**. **Jornal A Tarde**, Salvador, 23 jan de 2020. Seção Cidade, p. a4.

\_\_\_\_\_. **Fechamento de Escola Gera Novo Protesto na Vitória**. **Jornal A Tarde**, Salvador, 25 jan de 2020. Seção Cidade, p. a6.

PALMA FILHO, J. C. **A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889-1930)**. **Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação** – 3. ed. São Paulo: PROGRAD/ UNESP/ Santa Clara Editora. 2005, p. 49-60.

PIRES, T. R. de O.; MORETTI, G. A. S. Escola, lugar do desrespeito: intolerância contra religiões de matrizes africanas e escolas públicas brasileiras. **XXV Encontro Nacional do CONPEDI Direitos humanos e efetividade: fundamentação e processos participativos**. Distrito Federal, 2016, p.375-394.

RAMOS, M. N.; FRIGOTTO, G.. Medida provisória 746/2016: a contra-reforma do ensino médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n. 70, p. 30-48, 2016. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/1d4b/5d6e2de480e0f4a70b06f1c314df518d4060.pdf?ga=2.77958291.604259578.1638929114-1728852347.1638929114>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SANTOS, J. S. dos. Odorico Tavares. **Dicionário Manuel Quirino de Belas Artes**. mar. 2014. Disponível em: <http://www.dicionario.belasartes.ufba.br/wp/verbete/odorico-tavares/> Acesso em abr. 2022.

SANTOS, R. R. Breve histórico do Ensino Médio no Brasil. In: **SEMINÁRIO CULTURA E POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: CAMPANHA CIVILISTA NA BAHIA, 2010**, Bahia. Anais [...]. Bahia: UESC, 2010. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/rulianrocha.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SILVA, A. A. **As políticas públicas para a educação básica na Bahia nos anos 90 : propostas e ações nas gestões de Antonio Carlos Magalhães e Paulo Souto (1991-1998)** Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo / Antonia Almeida Silva; orientadora Sandra Maria Zákia Lian Sousa. São Paulo, SP ; s.n., 2007.

SILVA, E. de J. da. **Um caminho para a África são as sementes: Histórias sobre o corpo e jogos africanos Mancala na aprendizagem da educação das relações-eticorraciais**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

\_\_\_\_\_. **Jogos e corpos na educação das relações étnico raciais: os jogos africanos no ensino regular e de tempo integral em escola pública da Bahia / Brasil**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SILVA, M. M. J. **Educar para Vencer ou Educar para Vencidos? A mão visível do Banco Mundial na Educação da Bahia**, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2007.

TEIXEIRA, A. S.. Educação não é um privilégio. In: **Educação não é um privilégio**. Anísio Teixeira, 7. ed. Comentada por Marisa Cassim; organização da coleção Clarice Nunes; apresentação Marisa Cassim. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

VASCONCELOS, C. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico**, 14 ed. São Paulo: Libertad, 1996.

ZIBAS, D. A reforma do ensino médio nos anos de 1990: o parto da montanha e as novas características. In: FRANCO, Maria Laura Barbosa et al. **Ensino Médio e**

**Ensino Técnico no Brasil e em Portugal raízes históricas e panorama atual.**  
Campinas: Autores Associados, 2005. p. 17-42.

**ZOTTI, S. A. Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980.** Campinas: Autores Associados, 2004.